

Oi S.A. (anteriormente denominada Brasil Telecom S.A.) e sociedades controladas

**Demonstrações Financeiras em
31 de dezembro de 2011 e de 2010
e Relatório do auditor independente**

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Oi S.A. (“Companhia” ou “Oi”) anteriormente denominada Brasil Telecom S.A. ou “BrT”, é uma concessionária do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado e atua desde julho de 1998 na Região II do PGO - Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, na prestação do STFC nas modalidades local e de longa distância intra-regional. A partir de janeiro de 2004, a Companhia passou também a explorar os serviços de longa distância nacional e longa distância internacional em todas as Regiões e na modalidade local o serviço fora da Região II passou a ser ofertado a partir de janeiro de 2005.

A Companhia é sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Leblon, na Rua Humberto de Campos, 425 – 8º andar.

A Companhia ainda possui através da subsidiária 14 Brasil Telecom Celular S.A. (“BrT Celular”) autorização para prestação de serviços de telefonia móvel na Região II.

As vigências dos contratos de concessão e das autorizações acima mencionadas se encontram divulgadas na Nota 3 (i) e Nota 18.

A Companhia é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários e na SEC - “*Securities and Exchange Commission*” dos EUA, tendo suas ações negociadas na BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo, e negocia seus ADR’s - “*American Depositary Receipts*” na NYSE - Bolsa de Valores de Nova Iorque.

A partir de 30 de setembro de 2009 o controle da Companhia passou a ser exercido diretamente pela Coari Participações S.A. (“Coari”), cuja participação societária representa 79,63% (2010 – 79,63%) do capital votante e 48,20% (2010 – 48,20%) do capital total. Até a citada data, a Companhia era controlada pela Brasil Telecom Participações S.A. (“BrT Part”), sociedade constituída em 22 de maio de 1998 em decorrência do processo de privatização do Sistema Telebrás.

A reorganização societária que resultou no controle direto da Companhia pela Coari está apresentada em comentários específicos desta nota – vide item “a”, e teve por origem a compra da Companhia pela Telemar Norte Leste S.A. (“TMAR”) que, em 8 de janeiro de 2009, adquiriu através de sua controlada indireta, Copart 1 Participações S.A. (“Copart 1”), o controle acionário da BrT Part e da Companhia. “*Push down accounting*” não foi aplicado.

A troca do controle da Companhia para a TMAR consistiu na aquisição de 100% das ações da Invitel S.A. (“Invitel”), na época detentora de 99,99% das ações da Solpart Participações S.A. (“Solpart”), que por sua vez possuía 51,41% do capital votante e 18,93% do capital total da BrT Part.

O Contrato de Compra e Venda das Ações da Companhia (o “Contrato”), firmado em 25 de abril de 2008, foi divulgado através de fato relevante das companhias relacionadas ao evento na mesma data, sendo complementarmente publicados novos fatos relevantes relativos a eventos ou fatos inerentes ao respectivo Contrato.

A autorização para a conclusão da preparação destas Demonstrações Financeiras ocorreu na reunião do Conselho de Administração do dia 28 de março de 2012.

Conforme divulgado na Nota 31 (a), em 27 de fevereiro de 2012 foi aprovada a reorganização societária que compreendeu conjuntamente a cisão parcial da TMAR com a incorporação da parcela cindida pela Coari seguida de incorporação de ações da TMAR pela Coari e as incorporações da Coari e da Tele Norte Leste Participações S.A. (“TNL”) pela Companhia.

Conforme divulgado na Nota 31 (a), em 27 de fevereiro de 2012 foi aprovada a alteração da denominação social da Companhia de Brasil Telecom S.A. para Oi S.A.

As participações em controladas da Companhia, após a exclusão das ações em tesouraria, estão demonstradas abaixo:

Empresa	Atividade	Direta 2011	Indireta 2011	Direta 2010	Indireta 2010
14 Brasil Telecom Celular S.A. (“BrT Celular”)	Telefonia móvel – Região II	100%		100%	
Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda. (“BrT Multimídia”)	Tráfego de dados	90,46%	100%	90,46%	100%
BrT Card Serviços Financeiros Ltda. (“BrT Card”)	Serviços financeiros	100%		100%	
Vant Telecomunicações Ltda.	Comunicação multimídia	99,99%	100%	99,99%	100%
Brasil Telecom Call Center S.A. (“BrT Call Center”)	Serviços de centrais de atendimento e telemarketing	100%		100%	
BrT Serviços de Internet S.A. (“BrTI”)	Holding	100%		100%	
Agência O Jornal da Internet Ltda	Internet	30%		30%	
iG Participações S.A. (“iG Part”)	Holding	0,16%	100%	0,16%	100%
Internet Group do Brasil S.A. (“iG Brasil”)	Internet	13,64%	100%	13,64%	100%
Nova Tarrafa Participações Ltda (“NTPA”)	Holding	100%		100%	
Brasil Telecom Cabos Submarinos Ltda. (“BrT CS”)	Tráfego de dados	99,99%	100%	99,99%	100%
Brasil Telecom Subsea Cable Systems (Bermuda) Ltd. (“BrT SCS Bermuda”) (1)	Tráfego de dados		100%		100%
Brasil Telecom of America Inc. (“BrT of America”) (2)	Tráfego de dados		100%		100%
Brasil Telecom de Venezuela, S.A. (“BrT Venezuela”) (3)	Tráfego de dados		100%		100%
Brasil Telecom de Colômbia, Empresa Unipersonal (“BrT Colômbia”) (4)	Tráfego de dados		100%		100%
Oi Paraguay Comunicaciones SRL (“Oi Paraguay”) (5)	Tráfego de dados		100%		
Sumbe Participações S.A.	Investimentos em propriedades	100%		100%	
Rio Alto Participações S.A.	Investimentos em propriedades	100%		100%	
Copart 5 Participações S.A. (“Copart 5”)	Investimentos em propriedades	100%		100%	

Todas as controladas da Companhia são sediadas no Brasil exceto as seguintes:

- 1) Sediada em Bermuda
- 2) Sediada nos Estados Unidos da America
- 3) Sediada na Venezuela
- 4) Sediada na Colômbia
- 5) Sediada no Paraguai

(a) Reorganização societária da Companhia no ano de 2009

A reorganização societária teve como objetivo a otimização da estrutura de controle, simplificação das participações societárias entre as empresas e o aproveitamento da sinergia entre as atividades aumentando a eficiência operacional. A reorganização foi realizada com base nos valores contábeis históricos das entidades envolvidas tendo em vista ser uma operação entre entidades sob controle comum. A reorganização foi contabilizada de forma prospectiva.

A reorganização foi realizada em duas fases, ocorridas em 31 de julho e 30 de setembro de 2009, conforme descrito nas linhas abaixo:

- (i) Incorporação da Invitel pela sua controlada Solpart, com consequente extinção da Invitel em 31 de julho de 2009.
- (ii) Incorporação da Solpart pela sua controladora Copart 1, com consequente extinção da Solpart em 31 de julho de 2009.
- (iii) Incorporação da Copart 1 pela BrT Part, por meio da qual a Coari, detentora da totalidade das ações da Copart 1, recebeu ações da BrT Part em substituição às suas ações da Copart 1, que foi extinta em 31 de julho de 2009.
- (iv) Incorporação da Copart 2 pela Companhia, por meio da qual a Coari, detentora da totalidade das ações da Copart 2, recebeu ações da Companhia em substituição às suas ações da Copart 2, que foi extinta em 31 de julho de 2009.
- (v) Incorporação da BrT Part pela Companhia, que foi extinta em 30 de setembro de 2009. Desta forma a Coari passou a deter 48,20% do patrimônio da Companhia.

Após realizadas todas as incorporações, a Companhia incorporou um acervo líquido total no montante de R\$ 4.726.737, distribuído da seguinte forma:

Caixa e equivalentes a caixa	235.943
Aplicações financeiras	1.346.085
Depósitos judiciais	118.714
Outros ativos circulantes	51.161
Tributos correntes sobre a renda	20.899
Tributos diferidos sobre a renda (i)	3.334.343
Outros tributos	(119.991)
Outros ativos não circulantes	21
Imobilizado	3.371
Intangível	10
Passivo circulante	(138.766)
Provisões	(3.671)
Passivo não circulante	(121.382)
Acervo líquido incorporado	4.726.737

(i) A Companhia incorporou montantes de imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sob a forma de benefício fiscal originado dos ágios pagos na aquisição da Companhia registrados pelas empresas incorporadas, de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil anteriormente às deliberações dos pronunciamentos técnicos CPC 15 e CPC 18, bem como a interpretação ICPC 09, tendo-se sido observada a adoção da Companhia ao RTT – Regime Tributário Transitório.

A composição acionária da Companhia em 30 de setembro de 2009 passou a ser a seguinte:

Composição Acionária – Brasil Telecom S.A.						
Acionista	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Coari	161.990.001	79,63	128.675.049	32,20	290.665.050	48,20
Minoritários	41.433.175	20,37	257.690.765	64,49	299.123.940	49,60
Ações em Tesouraria			13.231.556	3,31	13.231.556	2,20
Total	203.423.176	100,00	399.597.370	100,00	603.020.546	100,00

(b) Parceria comercial TNL PCS S.A. (“TNL PCS”), Banco do Brasil S.A. (“Banco do Brasil”) e Cielo S.A. (“Cielo”)

Em 29 de setembro de 2010, a TNL PCS assinou Acordo de Parceria Comercial com o Banco do Brasil e Acordo de Investimentos com a Cielo.

O contrato celebrado entre a Companhia, TMAR, TNL PCS, BrT Celular, Paggo Administradora, Way TV (incorporada pela TNL PCS) e o Banco do Brasil tem como objetivo estabelecer parceria comercial para emissão de cartões de crédito “*co-branded*” e pré-pagos, além de outros meios de pagamento no formato tradicional ou que utilizem a tecnologia “*Mobile Payment*” para a base de clientes atual e futura da TNL PCS.

O contrato celebrado entre TNL PCS, Paggo Acquirer, Cielo e CieloPar Participações Ltda. (“CieloPar”) estabeleceu a participação da Paggo Acquirer e da CieloPar em uma nova sociedade denominada Paggo Soluções de Meios de Pagamento S.A. (“Paggo Soluções”).

A Paggo Soluções foi constituída com o objetivo de dedicar-se à condução de atividades de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações comerciais com a tecnologia de “*Mobile Payment*” originadas ou concluídas em dispositivos de telefonia celular; e promover o credenciamento de lojistas à sua rede de transações originadas em dispositivos de telefonia celular, por meio dos relacionamentos já mantidos pela Cielo e pela Paggo Acquirer em todo território nacional.

Em 28 de fevereiro de 2011, após a autorização do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica, a Paggo Acquirer e a CieloPar passaram a deter, cada uma, 50% do capital social da Paggo Soluções.

(c) Reorganização societária das empresas do segmento de internet

A Administração, visando preparar a Companhia para as futuras demandas da legislação brasileira relativas à composição de capital estrangeiro nas empresas de internet, em 30 de junho de 2010 efetuou a reorganização societária das empresas do seu segmento de internet, sejam operadoras e holdings, a qual abrangeu as incorporações pela iG Part das seguintes empresas: iG Cayman e Nova Tarrafa Inc.

Apresentamos abaixo o “acervo líquido” e a “relação de troca” da reorganização societária das empresas de internet:

Empresa incorporada pela iG Part	Acervo líquido	Relação de troca *
iG Cayman	(2.785)	2,00399169
Nova Tarrafa Inc.	322	125,12660374

* Quantidade de ações de iG Part por ação da empresa incorporada.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

(a) Base de elaboração

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis no item (b) a seguir.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (c).

Demonstrações Financeiras Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” emitidos pelo IASB – “*International Accounting Standards Board*” e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM.

Demonstrações Financeiras Individuais

As Demonstrações Financeiras Individuais da controladora foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

As Demonstrações Financeiras Individuais, preparadas para fins estatutários, apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas Demonstrações Financeiras Individuais não estão em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras Consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras Individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por

apresentar essas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

(b) Principais políticas contábeis

Critérios de consolidação

A consolidação foi elaborada de acordo com o IAS 27 / CPC 36 (R2) – Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações contábeis das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são:

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;
- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas e despesas relevantes, entre as empresas consolidadas;
- eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas;
- destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício; e
- consolidação dos fundos de investimentos exclusivos (Nota 9).

Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

A Companhia e suas controladas atuam, respectivamente, como holding e operadora no setor de telecomunicações brasileiro e em atividades correlacionadas ao respectivo setor (vide Nota 1), sendo a moeda corrente utilizada nas transações o Real (R\$).

Para a definição da moeda funcional, a Administração considerou a moeda que influencia:

- o preço de venda de seus produtos e serviços;
- os custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos;
- o fluxo de caixa pelo recebimento de clientes e pagamento a fornecedores;
- juros, investimentos e financiamentos.

Sendo assim a moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real (R\$), mesma moeda que é utilizada para apresentação das Demonstrações Financeiras.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data da transação. A variação cambial resultante da conversão é reconhecida na demonstração do resultado.

Empresas do grupo

A Companhia possui investimentos em empresas com sede no exterior, nenhuma das quais utiliza uma moeda funcional diferente do Real (R\$).

A Companhia possui uma controlada na Venezuela, cuja economia é considerada hiperinflacionária pelo IAS 29/CPC 02 (R2), tendo inflação acumulada nos últimos três anos superado 100%.

A Administração da Companhia analisou o efeito da hiperinflação nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e concluiu que o impacto da atualização monetária no período é imaterial em razão do patrimônio líquido daquela controlada (base para os efeitos hiperinflacionários), em 31 de dezembro de 2011, ser de R\$ 2.658 (2010 – R\$ 1.689).

Itens não monetários indexados a moeda estrangeira

A Companhia e suas controladas não possuem itens não monetários indexados a moeda estrangeira (distinta da moeda funcional e de apresentação), em razão das controladas no exterior representarem a extensão das operações de sua controladora brasileira.

Apresentação de informação por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais da Companhia, a Administração. Todos os resultados operacionais dos segmentos são analisados frequentemente para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho.

Os resultados de segmentos que são reportados a Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de imobilizado e ativos intangíveis que não ágio.

Combinações de negócios

A Companhia optou por adotar a isenção para o reprocessamento das combinações de negócios ocorridas anteriormente à data de transição para as IFRS e CPC, 1 de janeiro de 2009, de acordo com o IFRS 1 / CPC 37. Sendo assim os excedentes pagos estão mensurados e classificados conforme sua fundamentação original. Para os casos em que o fundamento tenha sido as mais-valias de ativos adquiridos, a Companhia procede a depreciação com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perdas no valor recuperável a Companhia efetua os testes para avaliar a extensão da redução do valor recuperável dos ativos e; para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura (“*goodwill*”), a Companhia testa anualmente o valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e

sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado, cuja classificação é determinada conforme abaixo.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Contas a receber

As contas a receber decorrentes de serviços prestados de telecomunicações estão avaliadas pelo valor das tarifas ou do serviço na data da prestação do serviço e não diferem de seus valores justos. Essas contas a receber também incluem os serviços prestados a clientes não faturados até a data de encerramento dos exercícios. A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos. O valor da estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa é elaborado com base em histórico de inadimplência.

Estoques

Os estoques estão segregados e classificados conforme disposição abaixo:

- Estoques de materiais de manutenção, classificados no ativo circulante conforme seu prazo de utilização, são demonstrados pelo custo médio de aquisição, os quais não excedem o custo de reposição.
- Estoque para expansão, classificado no ativo imobilizado, é demonstrado pelo custo médio de aquisição e tem como objetivo ser aplicado na expansão da planta de telefonia.
- Estoques de materiais de revenda, classificados no ativo circulante, são apresentados pelo custo médio de aquisição, basicamente, representados por aparelhos celulares e acessórios. Para os aparelhos celulares e acessórios, são registrados ajustes ao provável valor de realização para os casos em que as aquisições são realizadas a valores superiores ao de venda. Para os estoques obsoletos são registradas as perdas ao valor recuperável.

Investimentos

Nas Demonstrações Financeiras Individuais da controladora as informações financeiras de controladas, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e deduzidos de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

As Demonstrações Financeiras de controladas são incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a partir da data em que o controle, controle compartilhado, se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Imobilizado

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os custos históricos incluem gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Incluem ainda determinados gastos com instalações, quando é provável que futuros benefícios econômicos associados a esses gastos fluirão para a Companhia e os custos com desmontagem, remoção e restabelecimento de ativos. Os encargos financeiros decorrentes de obrigações que financiam bens e obras enquanto em construção são capitalizados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil conforme apropriado, somente quando esses ativos geram benefícios econômicos futuros e possam ser medidos de forma confiável. O saldo residual do ativo substituído é baixado. Os gastos com manutenção e reparo são registrados ao resultado durante o período em que ocorrem, entretanto são capitalizados somente quando representam claramente aumento da capacidade instalada ou da vida útil econômica.

Os bens atrelados a contratos de arrendamento mercantil financeiro são registrados no imobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, na data inicial do contrato.

A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil econômica dos bens, a qual a Companhia revisa anualmente.

Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.

- O software pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Compreende a avaliação anual ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperável. Os ativos de longa duração podem ser identificados como de vida útil indefinida e ativos sujeitos a depreciação e amortização (ativo imobilizado e ativo intangível). Uma eventual perda é reconhecida por um montante pelo qual o saldo contábil do ativo excede seu montante recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre valor justo do ativo menos o custo de vender e seu valor em uso. Para o propósito de avaliação ao valor recuperável, os ativos são agrupados ao menor nível para o qual existam UGC - Unidades Geradoras de Caixa e são realizadas projeções com base em fluxos de caixa descontados, fundamentadas em expectativas sobre as operações da Companhia.

As UGC são os segmentos de negócios da Companhia, tendo em vista ser a menor unidade separável com capacidade de geração de caixa.

As projeções do VPL - Valor Presente Líquido das UGC são elaboradas levando-se em consideração as seguintes premissas:

- Fontes internas de informação: evidência de obsolescência ou dano, planos de descontinuidade, relatórios de desempenho, entre outras;
- Fontes externas de informação: valor de mercado dos ativos, ambiente tecnológico, ambiente de mercado, ambiente econômico, ambiente regulatório, ambiente legal, taxas de juros, taxas de retorno sobre os investimentos, valor de mercado das ações da Companhia, entre outras.

Para os ativos de vida útil indefinida as referidas projeções suportam a recuperação desses ativos. Adicionalmente, de acordo com as avaliações efetuadas pela Companhia, não houve evidências de perda de valor que gerassem a realização de projeções para os ativos com vida útil definida.

Ajuste a valor presente

A Companhia efetua avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil foram ajustados a valor presente.

Em aspectos gerais, quando aplicável a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global da Companhia, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado da Companhia pelo prazo da operação.

Na avaliação da Companhia nenhum ativo e passivo registrado em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 é sujeito ao ajuste a valor presente, tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza; (ii) realização a curto prazo de determinados saldos e transações; (iii) inexistência de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos. Nos casos em que os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, estes se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais.

Deterioração de ativos financeiros

A Companhia avalia, na data do encerramento do exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acréscimos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados com a finalidade de reduzir a exposição de risco de mercado decorrente das variações nas taxas de câmbio da dívida e de aplicações financeiras no exterior em moeda estrangeira e, inclusive, decorrentes das variações das taxas de juros flutuantes das dívidas.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor de mercado na data em que um contrato derivativo é celebrado e são subsequentemente mensurados ao seu valor justo. Alterações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas diretamente no resultado.

Nestas Demonstrações Financeiras a Companhia e suas controladas não fizeram uso da contabilidade de “*hedge*” (“*hedge accounting*”).

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Os Instrumentos de dívida ou de patrimônio emitidos pela Companhia e suas controladas são classificados como passivos financeiros ou como instrumento de patrimônio, respeitando a substância contratual da transação.

A Companhia e suas controladas possuem um programa de remuneração baseada em ações, no qual a obrigação será liquidada com instrumentos de patrimônio. Estas opções estão precificadas pelo valor justo na data de concessão dos planos e são reconhecidas de forma linear ao resultado pelo prazo de concessão da opção. Os saldos acumulados nas datas do balanço são reconhecidos em conta do patrimônio líquido.

Provisões

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Benefícios a empregados

- Planos de previdência privada - Os planos de previdência privada e outros benefícios de aposentadoria patrocinados pela Companhia e suas controladas em benefício de seus empregados são administrados por duas fundações. As contribuições são determinadas com base em cálculos atuariais e, quando aplicável, contabilizadas contra o resultado de acordo com o regime de competência.

A Companhia e suas controladas contam com planos de benefícios definidos e contribuições definidas.

No plano de contribuição definida a patrocinadora paga contribuições fixas para um fundo, administrado por uma entidade em separado. As contribuições são reconhecidas como despesas relativas aos benefícios aos empregados quando incorridas. A patrocinadora não tem a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados aos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores.

No plano de benefício definido se adota o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais pelo critério do corredor. O benefício definido é calculado anualmente por atuários independentes, que utilizam o método de crédito de unidade projetada. O valor presente do benefício definido é determinado descontando-se as saídas de caixa futuras estimadas, utilizando a projeção da

taxa de inflação acrescida de juros de longo prazo. A obrigação reconhecida no balanço, no que tange aos planos de pensão de benefícios definidos que são deficitários, corresponde ao valor presente dos benefícios definidos, menos o valor justo dos ativos do plano.

- Plano de opção de compra de ações - A Companhia possuía plano de opções de compra de ações outorgadas a administradores e empregados, liquidadas em ações, que foi extinto em 31 de dezembro de 2011. O valor justo dos serviços recebidos dos empregados em troca da garantia destas opções foi determinado com referência no valor justo das opções, estabelecido na data de sua concessão.

Até a alteração do controle da Companhia, ocorrida em janeiro de 2009, a Companhia manteve para seus administradores e empregados, opções de compra de ações de sua então controladora – BrT Part, classificadas como liquidadas em ações e em dinheiro. Tais opções foram parcialmente exercidas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, em decorrência da alteração do controle da Companhia.

O valor justo dos serviços recebidos dos empregados e administradores em troca da garantia de opções foi reconhecido como despesa durante o período de aquisição de direito à opção em contrapartida a um aumento no patrimônio líquido.

- Participações dos empregados no resultado - A provisão que contempla o programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência, no qual participam todos os empregados elegíveis que tenham trabalhado proporcionalmente no ano conforme as regras do Programa. A determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto aos sindicatos da categoria, através de acordo coletivo específico.

Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia.

As receitas de serviços são reconhecidas quando estes são prestados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. Os serviços pré-pagos são registrados como receitas a apropriar e são reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes.

As receitas provenientes da venda de aparelhos celulares e seus acessórios são registradas quando estes são entregues e aceitos pelos clientes. Descontos e abatimentos relacionados às receitas de serviços prestados e à venda de aparelhos e acessórios são considerados no reconhecimento das receitas a que se vinculam. As receitas que envolvem transações com múltiplos elementos são identificadas em cada um de seus componentes e os critérios de reconhecimento são aplicados

individualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas provenientes da venda de cartões indutivos (TUP – Telefonia de Uso Público) são registradas quando os créditos são efetivamente consumidos pelos clientes.

- Programa de fidelização de clientes (“Oi Pontos”)

A controlada BrT Celular implementou um programa de fidelização de clientes (“Oi Pontos”), no qual os clientes de telefonia móvel acumulam pontos através dos valores pagos por serviços de telefonia móvel, telefonia fixa, internet e TV, e podem trocá-los por pacotes de serviços de telefonia móvel, por eventos disponíveis no “experiências Oi” e/ou transferi-los ao Programa Multiplus Fidelidade (parceiro da controlada BrT Celular) para trocá-los por diversos outros benefícios do referido programa, tais como passagens aéreas, abastecimento nos postos de combustíveis da rede Ipiranga, entre outros.

A controlada BrT Celular contabiliza os pontos concedidos no programa como um componente separadamente identificável da transação de venda em que os pontos são concedidos. O valor justo da contraprestação recebida ou a receber, com relação à venda inicial, é alocado entre os prêmios concedidos pelo programa. O valor alocado aos pontos é estimado com base no seu valor justo, ou seja, o valor pelo qual os créditos de prêmios podem ser vendidos separadamente. Tal valor é diferido e a receita relacionada é reconhecida somente quando os pontos são resgatados, expiram (prazo de 24 meses) e/ou são cancelados. O reconhecimento da receita é baseado no número de pontos que foram resgatados em troca de prêmios, bem como quando são cancelados ou expiram, em relação ao número total que se espera que seja resgatado. Tal programa começou a operar efetivamente no primeiro trimestre de 2011, sendo o saldo do passivo registrado na conta de receitas a apropriar.

Reconhecimento das despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas de acordo com seus respectivos prazos de duração.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento, os ganhos com aplicações financeiras e os ganhos com instrumentos financeiros derivativos. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, contratos de instrumentos financeiros derivativos e outras transações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. A Companhia elabora estudos técnicos que contemplam a geração futura de resultados de acordo com a expectativa da Administração, considerando a continuidade das empresas. A Companhia reduz o valor contábil do ativo fiscal diferido na medida em que não seja mais provável que lucro tributável suficiente estará disponível para permitir que o benefício de parte ou de todo aquele ativo fiscal diferido possa ser utilizado.

Qualquer redução do ativo fiscal diferido é revertida na medida em que se torne provável que lucro tributável suficiente estará disponível. Os estudos técnicos são atualizados anualmente, aprovados pelo Conselho de Administração e examinado pelo Conselho Fiscal, e os créditos tributários são ajustados de acordo com os resultados dessas revisões. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Subvenções e assistências governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas são reconhecidas, já as subvenções que visam compensar o custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

Demonstrações do Valor Adicionado

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para o IFRS representa informação financeira adicional.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com o CPC03 (R2)/IAS7 através do método indireto. A Companhia classifica na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos, encargos financeiros e perdas em processos judiciais. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aquisições e alienações de investimentos, depósitos e resgates judiciais e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e recebimentos referentes a

empréstimos e financiamentos obtidos, instrumentos financeiros derivativos e pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

(c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Demonstrações Financeiras, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de receita e contas a receber

A política de reconhecimento de receita da Companhia é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação de preços pela administração, capacidade de cobrança e os direitos a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em julgamentos relacionados à natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições fizerem com que a Administração julgue que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor das contas a receber pode ser afetado. Além disso, a Companhia depende de diretrizes de medição para determinadas receitas de acordo com as regras definidas pela ANATEL.

Provisões para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

A Administração da Companhia inclui na base de cálculo da provisão entidades governamentais, clientes corporativos e outros fornecedores de serviços de telecomunicações. Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias.

Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos mais relevantes estão demonstradas na Nota 16 e 17, respectivamente.

As vidas úteis de certos ativos podem variar entre os segmentos de linha fixa e móvel. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

A Companhia revisa e analisa a possibilidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível para avaliar a ocorrência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia, seja como o resultado de decisões de descontinuar atividades relacionadas a tais ativos ou em caso de haver evidências de que as receitas operacionais futuras não serão suficientes para garantir sua realização.

Os testes de recuperabilidade (“*impairment*”) dos ativos de vida útil definida são aplicados sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperado. Para os ativos de vida útil indefinida (“*goodwill*”) a Companhia testa, no mínimo anualmente, eventuais perdas no ágio de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2 (b).

Os valores recuperáveis dos ativos são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas. A determinação do valor justo e dos fluxos de caixa operacionais futuros descontados exige que a Companhia estabeleça determinadas suposições e estimativas referentes aos fluxos de entrada e de saída de caixa projetados relacionados às receitas, gastos e despesas futuras. Essas suposições e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Provisões

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, tributária e cível, bem como processos administrativos, conforme apresentado na Nota 23. O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se baseia na avaliação de risco de perda em cada processo, que inclui a avaliação das evidências disponíveis e decisões recentes, e refletem provisões razoavelmente estimadas, conforme avaliado pela Administração, sua assessoria jurídica e advogados externos. É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo, portanto resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas nos processos judiciais.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos a valor justo com base em estimativas de fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado. As estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. As utilizações de diferentes premissas para apuração do valor justo poderiam ter efeito material nos valores obtidos e não indicam necessariamente o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria no caso de liquidar essas transações.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPCs e as IFRS. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Benefícios a empregados

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria. Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base. Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia.

Sazonalidade

A Companhia e suas controladas não possuem operações sazonais relevantes.

(d) Novas normas, alterações e interpretações de normas

Normas que entraram em vigor em 2011, mas não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A adoção das IFRSs novas e revisadas que entraram em vigor em 2011 não impactou, individualmente ou no conjunto, os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior, no entanto, poderá afetar a contabilização de transações ou acordos futuros.

Modificações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras (como parte das Melhorias às IFRSs emitidas em 2010) - esclarecem que uma entidade pode optar por divulgar uma análise de outro resultado abrangente por item na demonstração das mutações do patrimônio líquido ou nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas (já adotada pelo CPC): IAS 24 (revisada em 2009) modificou dois aspectos: (a) IAS 24 (revisada em 2009) introduz a isenção parcial das exigências de divulgação para entidades governamentais; e (b) IAS 24 (revisada em 2009) alterou a definição de parte relacionada.

Modificações à IAS 32 - Classificação de Direitos: tratam da classificação de certos direitos denominados em uma moeda estrangeira como instrumentos patrimoniais ou passivos financeiros.

Modificações à IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento - as modificações determinam, entre outros aspectos, quando as restituições ou reduções de

contribuições futuras devem ser consideradas como disponíveis de acordo com o item 58 do IAS 19.

IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais - fornece orientação sobre como contabilizar a extinção de um passivo financeiro por meio da emissão de instrumentos patrimoniais.

Modificações à IFRS 3 - Combinações de Negócios - esclarece que a opção de avaliar participações minoritárias na data da aquisição estará disponível apenas no caso de participações minoritárias que representem participações minoritárias atuais que dêem a seus detentores direito à participação proporcional no acervo líquido da entidade em caso de liquidação. Todos os demais tipos de participações minoritárias são avaliados ao valor justo na data da aquisição, a menos que outras normas exijam que uma outra base de avaliação seja utilizada. Além disso, a IFRS 3 foi modificada para fornecer maiores orientações acerca da contabilização da compensação com base em ações detidas pelos empregados da adquirida.

Normas e interpretações que não entraram em vigor e ainda não foram adotadas

Modificações à IFRS 7 - Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros (i) - aumentam as exigências de divulgação das transações envolvendo ativos financeiros. Essas alterações pretendem proporcionar maior transparência às exposições de risco quando um ativo financeiro é transferido, mas o transferente continua retendo um certo nível de exposição ao ativo. As alterações também exigem a divulgação da transferência de ativos financeiros quando não forem igualmente distribuídos no período.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (ii) - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. O efeito mais significativo decorrente da aplicação da nova norma refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Assim, a variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecida em “Outros resultados abrangentes”, a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em “Outros resultados abrangentes” resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (ii) - substitui as partes da IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC-12 - Consolidação - Sociedades de Propósito Específico foi retirada com a emissão da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle.

IFRS 11 - Acordos de Participação (ii) - substitui a IAS 31 - Participações em “*Joint Ventures*” e aborda como um acordo de participação em que duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificado.

IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades (ii) - é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De um modo geral, as exigências de divulgação de acordo com a IFRS 12 são mais abrangentes do que as normas atuais.

IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo (ii) - apresenta uma fonte única de orientação para as mensurações do valor justo e divulgações acerca das mensurações do valor justo. A norma define

valor justo, apresenta uma estrutura de mensuração do valor justo e exige divulgações das mensurações do valor justo.

Modificações à IAS 1 - Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente (iii) - permitem apresentar o resultado e outro resultado abrangente em uma única demonstração ou em duas demonstrações separadas e consecutivas. No entanto, as modificações à IAS 1 exigem divulgações adicionais na seção de outro resultado abrangente de forma que os itens de outro resultado abrangente sejam agrupados em duas categorias: (a) itens que não serão reclassificados posteriormente no resultado; e (b) itens que serão reclassificados posteriormente no resultado de acordo com determinadas condições. O imposto de renda sobre os itens de outro resultado abrangente será destinado da mesma forma.

IAS 19 (revisada em 2011) - Benefícios a Empregados (ii) - alteram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão.

IAS 27 (revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas (ii) – refletem modificações da contabilização de participação não controladora (minoritária) e tratam principalmente da contabilização de modificações de participações societárias em subsidiárias feitas posteriormente à obtenção do controle, da contabilização de perda de controle de subsidiárias e da alocação de lucro ou prejuízo a participações controladoras e não controladoras em uma subsidiária.

IAS 28 (revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e “Joint Ventures” (ii): As alterações introduzidas à IAS 28 tiveram como objetivo esclarecer: (i) que um investimento em uma associada deve ser tratado como um ativo único para efeitos dos testes de “*impairment*” de acordo com a IAS 36 - “*Impairment*” de Ativos; (ii) que qualquer perda por “*impairment*” a ser reconhecida não deverá ser alocada a ativos específicos (especificamente ao ágio); e (iii) que as reversões de “*impairment*” são registradas como um ajuste ao valor contábil da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente.

(i) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1 de julho de 2011.

(ii) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013.

(iii) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1 de julho de 2012.

A Companhia está avaliando os impactos dos pronunciamentos e procederá as alterações eventualmente pertinentes após os mesmos terem sido aprovados pelo CPC.

Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas a expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger-se de certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pela Administração.

A Política de Gestão de Riscos Financeiros ("Política"), aprovada pelo Conselho de Administração formaliza a gestão de exposição a fatores de risco de mercado gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi. De acordo com a Política, os riscos de mercado são identificados com base nas características das operações financeiras contratadas e a contratar no ano fiscal em questão. Diversos cenários de cada um dos fatores de risco são então simulados através de modelos estatísticos, servindo de base para mensuração de impactos sobre o resultado financeiro do Grupo. Com base em tal análise, a Diretoria acorda anualmente com o Conselho de Administração, a Diretriz de Risco a ser seguida em cada ano fiscal. A Diretriz de Risco é equivalente ao pior impacto esperado do resultado financeiro sobre o lucro líquido do Grupo, com 95% de confiança. Para o devido gerenciamento de riscos de acordo com a Diretriz de Risco, a área de tesouraria poderá contratar instrumentos de proteção, incluindo operações de derivativos como “*swaps*” e termo de moedas. A Companhia e suas controladas não utilizam derivativos para outros fins.

Com a aprovação da Política, foi criado o Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, que reúne-se mensalmente, e atualmente é composto pelo Diretor Presidente, Diretor de Finanças, Diretor de Assuntos Regulatórios, Diretor de Planejamento e Desempenho, Diretor Tributário, Diretor de Controladoria e Diretor de Tesouraria e acompanhado pelo Diretor de Auditoria Interna.

De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. Assim, podem existir instrumentos financeiros com garantias ou sem garantias, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais.

(a) Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do exercício multiplicado pelo número de títulos em circulação. Para contratos em que as condições de contratação atuais são semelhantes às aquelas em que os mesmos se originaram ou que não apresentam parâmetros para cotação ou contratação, os valores justos são semelhantes aos valores contábeis.

Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço à um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (*“nonperformance risk”*), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de *“input”* significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os *“inputs”* são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia.

Nível 2 — Os *“inputs”* são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os *“inputs”* do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou *“inputs”* que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os *“inputs”* inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses *“inputs”* representam as melhores estimativas da Administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, a Companhia mensura seus equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, nossos principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2011 e de 2010. Para aqueles ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, demonstramos também os respectivos níveis de hierarquia:

	Mensuração contábil	Hierarquia do valor justo	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
			2011			
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos						
Equivalentes de caixa	Valor justo	Nível 2	4.264.765	4.264.765	5.868.374	5.868.374
Aplicações financeiras	Valor justo	Nível 2	102.658	102.658	1.097.354	1.097.354
Contas a receber	Custo amortizado		1.705.213	1.705.213	2.010.487	2.010.487
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	Nível 2	7.186	7.186	7.186	7.186
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	Custo amortizado		430.377	430.377		
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado		6.703	6.703	2.217.682	2.331.243
Passivos						
Fornecedores	Custo amortizado		1.543.703	1.543.703	1.840.552	1.840.552
Empréstimos e financiamentos						
Empréstimos e financiamentos (*)	Custo amortizado		4.712.170	4.642.398	3.996.588	3.926.816
Debêntures	Custo amortizado		4.108.623	4.145.270	4.108.623	4.145.270
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	Nível 2	25.698	25.698	25.698	25.698
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado		307.720	307.720	307.720	307.720
Autorizações e concessões a pagar (**)	Custo amortizado				676.481	676.481
Ações bonificadas a resgatar	Custo amortizado		1.501.984	1.501.984	1.501.984	1.501.984

	Mensuração contábil	Hierarquia do valor justo	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
			2010			
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos						
Equivalentes de caixa	Valor justo	Nível 2	1.714.227	1.714.227	3.086.764	3.086.764
Aplicações financeiras	Valor justo	Nível 2	582.115	582.115	832.077	832.077
Contas a receber	Custo amortizado		1.718.789	1.718.789	2.069.908	2.069.908
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado		1.548	1.548	1.911.134	2.042.397
Passivos						
Fornecedores	Custo amortizado		1.328.617	1.328.617	1.636.598	1.636.598
Empréstimos e financiamentos						
Empréstimos e financiamentos (*)	Custo amortizado		3.032.445	3.032.445	3.273.677	3.273.677
Debêntures	Custo amortizado		1.091.409	1.123.890	1.091.409	1.123.890
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	Nível 2	70.719	70.719	70.719	70.719
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Custo amortizado		568.840	568.840	568.840	568.840
Autorizações e concessões a pagar (**)	Custo amortizado		56.759	56.759	756.631	756.631

(*) Parte substancial deste saldo são empréstimos e financiamentos com o BNDES e outras partes relacionadas, que não possuem mercado, e por isso não são percebidos ajustes significativos de valor justo.

(**) As autorizações e concessões a pagar não possuem mercado, e por isso não são percebidos ajustes de valor justo.

(b) Mensuração dos ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado

Na avaliação efetuada para fins de ajuste a valor presente dos ativos e passivos financeiros mensurados pelo método de custo amortizado, não foi constatada a aplicabilidade deste ajuste, destacando-se as seguintes razões:

- Contas a receber: curtíssimo prazo de vencimento das faturas.
- Fornecedores, dividendos e juros sobre o capital próprio: curto prazo para liquidação de todas as obrigações.
- Empréstimos e financiamentos: todas as transações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.

- Autorizações e concessões a pagar: todas as obrigações advindas das aquisições de autorizações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.

(c) Risco de taxa de câmbio

Ativos

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos, basicamente, em “*time deposits*”.

O risco vinculado a esses ativos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam diminuir os saldos dos mesmos. Os ativos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 26,5% (2010 – 1,9%) do total das nossas disponibilidades que compreendem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Esses ativos estão assim representados no balanço:

	CONTROLADORA			
	2011		2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo				
Equivalentes de caixa	1.235.754	1.235.754	290	290

	CONSOLIDADO			
	2011		2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo				
Equivalentes de caixa	1.299.466	1.299.466	74.098	74.098

Passivos

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos da Companhia e de suas controladas sujeitos a esse risco representam cerca de 0,01% (2010 – 1,3%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos. Da parcela da dívida consolidada em moeda estrangeira 100,0% (2010 – 100,0%) está coberta por aplicações em moeda estrangeira.

Para as operações em moeda estrangeira (Iene) encerradas no primeiro trimestre a Companhia possuía proteção na modalidade “*swap*” cambial. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção, na modalidade “*swap*” cambial, foram registrados no resultado como ganho ou perda, de acordo com a situação de cada instrumento.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos “*swap*” estão resumidos a seguir:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO					
	Indexador	Vencimento	Valor de referência (nacional)		Valor justo	
			2011	2010	2011	2010
Contratos de “swap”						
Posição ativa						
Moeda estrangeira – Iene (i)	VC + 1,9%	Mar/2011		54.111		44.396
Posição passiva						
Taxa de juros – CDI (i)	93,2% a 97,0% CDI	Mar/2011		(54.111)		(115.115)
Valor líquido						(70.719)

(i) “*Swap*” de Iene para CDI (“*plain vanilla*”)

Contraparte: Citibank, JP Morgan e Santander.

A Companhia contratou em 2004 operações de “*swap*” cambial (“*plain vanilla*”) para proteger o fluxo de caixa referente ao seu passivo denominado em Iene com vencimento final em março de 2011. De acordo com esses contratos, a Companhia possuía posição ativa em Iene, acrescida de taxa pré-fixada, e posição passiva atrelada a um percentual da taxa de juros de um dia (CDI), protegendo, assim, contra o risco de variação cambial do Iene versus o Real, o que em termos efetivos representou uma troca do custo de Iene acrescido de 1,9% a.a. para uma taxa média ponderada de 95,9% do CDI no encerramento do contrato. As operações foram devidamente registradas na CETIP S.A. e foram encerrados com o vencimento de sua dívida lastro, em março de 2011.

Contratos de NDF “*Non Deliverable Forward*” US\$/R\$

A Companhia contratou em setembro de 2011 operações de venda de Dólar futuro via instrumentos de NDF no intuito de se proteger de uma valorização do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra o caixa da Companhia, mantido no mercado externo em Dólar antes da internalização dos recursos do “*Senior Notes*” lançado em 15 de setembro de 2011.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos NDF estão resumidos a seguir:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO						
						Valor justo	
	Indexador	"Forward"	Vencimento	Valor de referência (nacional)		Valores a (pagar) / a receber	
				2011	2010	2011	2010
Contratos de "Non Delivery Forward" US\$/R\$ (NDF) (i)	US\$	1,8620 a 1,8620	jan/2012				
Posição ativa				465.500		7.186	
Contratos de "Non Delivery Forward" US\$/R\$ (NDF) (i)	US\$	1,7732 a 1,8741	fev/2012				
Posição passiva				1.108.463		(25.698)	

Contraparte:

(i) Citibank, Deutsche e HSBC

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos os montantes apresentados abaixo: (vide Nota 7).

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
Ganho/(perda) com "swap" cambial	(2.434)	(8.899)	(2.434)	(8.899)
Operações de termo e opção de moeda	(46.817)		(46.817)	
Total	(49.251)	(8.899)	(49.251)	(8.899)

Análise de sensibilidade de risco cambial

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possui, basicamente, ativos representados por equivalentes de caixa e aplicações financeiras, expostas à variação da cotação do Dólar norte-americano em relação ao Real. Para reduzir a exposição cambial do ativo em dólar norte-americano a Companhia contratou uma NDF ("Non deliverable forwards") para se proteger da valorização do Real frente aquela moeda, o que acarretaria em uma diminuição do seu ativo.

A análise de sensibilidade leva em consideração uma desvalorização de 25% e 50% na cotação do Dólar norte-americano em relação ao Real (cotação US\$ 1 = R\$ 1,8758). Na avaliação da Administração, a desvalorização em 25% (cotação US\$ 1 = R\$ 2,3448) representa um cenário possível de variação na taxa de câmbio, e a desvalorização em 50% (cotação US\$ 1 = R\$ 2,8137) representa um cenário remoto de variação na taxa de câmbio.

Uma valorização do Real de 25% e 50% em relação ao Dólar norte-americano provocaria um impacto negativo no resultado da Companhia de cerca de R\$ 116.050 e R\$ 193.416, na controladora, e de R\$ 128.792 e R\$ 214.653 no consolidado, respectivamente, para o fator de risco cambial.

Cenários de taxas de câmbio		
Descrição	Taxa	
	2010	Desvalorização
<i>Cenário Provável</i>		
Dólar	1,6662	0%
Iene	0,0203	0%
Cesta de Moedas	0,0334	0%
<i>Cenário Possível</i>		
Dólar	2,0828	25%
Iene	0,0253	25%
Cesta de Moedas	0,0418	25%
<i>Cenário Remoto</i>		
Dólar	2,4993	50%
Iene	0,0304	50%
Cesta de Moedas	0,0501	50%

Em 31 de dezembro de 2010, o impacto no valor justo dos instrumentos financeiros sujeitos a risco de taxa de câmbio, nos cenários estimados, encontra-se apresentado abaixo:

CONTROLADORA		
Exposição cambial sobre:		
Operação	Risco	Saldo em 2010
<i>Cenário Provável</i>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	2.617
Dívidas em Iene	Alta do Iene	44.546
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(44.396)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	9.068
Total vinculado a taxas de câmbio		11.835
<i>Cenário Possível</i>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	3.271
Dívidas em Iene	Alta do Iene	55.683
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(55.495)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	11.335
Total vinculado a taxas de câmbio		14.794
<i>Cenário Remoto</i>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	3.926
Dívidas em Iene	Alta do Iene	66.819
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(66.594)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	13.602
Total vinculado a taxas de câmbio		17.753
<i>Impactos estimados no valor justo dos instrumentos financeiros</i>		
Cenário Possível - Cenário Provável		2.959
Dólar		654
Iene		38
Cesta de Moedas		2.267
Cenário Remoto - Cenário Provável		5.918
Dólar		1.309
Iene		75
Cesta de Moedas		4.534

CONSOLIDADO		
Exposição cambial sobre:		
Operação	Risco	Saldo em 2010
Cenário Provável		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	2.617
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(84.239)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	44.546
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(44.396)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	9.068
Total vinculado a taxas de câmbio		(72.404)
Cenário Possível		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	3.271
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(105.299)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	55.683
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(55.495)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	11.335
Total vinculado a taxas de câmbio		(90.505)
Cenário Remoto		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	3.926
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(126.359)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	66.819
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(66.594)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	13.602
Total vinculado a taxas de câmbio		(108.606)
Impactos estimados no valor justo dos instrumentos financeiros		
Cenário Possível - Cenário Provável		(18.101)
Dólar		(20.406)
Iene		38
Cesta de Moedas		2.267
Cenário Remoto - Cenário Provável		(36.202)
Dólar		(40.811)
Iene		75
Cesta de Moedas		4.534

(d) Risco de taxa de juros

Ativos

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos em fundos de investimento financeiro (FIF's), geridos exclusivamente para as empresas do Grupo Oi e aplicações em carteira própria em títulos privados (CDB's pós-fixados), emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

Os créditos com empresas ligadas são debêntures privadas de emissão da Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR") cuja remuneração é atrelada ao CDI.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e conseqüentemente, na remuneração desses ativos.

Esses ativos estão assim representados no balanço:

	CONTROLADORA			
	2011		2010	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos				
Equivalentes de caixa	4.264.765	4.264.765	1.714.227	1.714.227
Aplicações financeiras	102.658	102.658	582.115	582.115
Créditos com partes relacionadas	6.703	6.703	1.548	1.548
Total	4.374.126	4.374.126	2.297.890	2.297.890
Circulante	4.367.423	4.367.423	2.297.890	2.297.890
Não circulante	6.703	6.703		

	CONSOLIDADO			
	2011		2010	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos				
Equivalentes de caixa	5.868.374	5.868.374	3.086.764	3.086.764
Aplicações financeiras	1.097.354	1.097.354	832.077	832.077
Créditos com partes relacionadas (*)	2.217.682	2.331.243	1.911.134	2.042.397
Total	9.183.410	9.296.971	5.829.975	5.961.238
Circulante	6.952.401	6.952.401	3.918.841	3.918.841
Não circulante	2.231.009	2.344.570	1.911.134	2.042.397

(*) Referem-se às debêntures privadas de emissão da TMAR (Nota 11).

Passivos

A Companhia possui empréstimos e financiamentos em moeda nacional vinculados aos indexadores TJLP - Taxa de Juros em Longo Prazo e CDI - Certificados de Depósito Interbancário. Os empréstimos sujeitos a esse risco representam cerca de 76,7% (2010 – 81,6%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos.

O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem aumentos nessas taxas. A Companhia não possui operações de derivativos para proteção do seu passivo contra o risco de taxa de juros. Há um monitoramento contínuo das taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual contratação de instrumentos para proteção contra a variação dessas taxas.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado ao CDI e à TJLP. O risco está associado à elevação dessas taxas.

Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Administração estimou cenários de variação nas taxas DI e TJLP. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do exercício. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Cenários de taxas de juros					
Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
CDI	TJLP	CDI	TJLP	CDI	TJLP
10,87%	6,00%	13,59%	7,50%	16,31%	9,00%

Em 31 de dezembro de 2011, a Administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao CDI e à TJLP com base nas taxas de juros apresentadas acima, assumindo ainda, que todos os pagamentos de juros seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do Grupo Oi. O impacto das elevações hipotéticas nas taxas de juros pode ser mensurado pela diferença dos fluxos futuros dos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, onde não há estimativa de elevação. Cabe ressaltar que tal análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da Companhia inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Adicionalmente, são mantidos equivalentes de caixa e aplicações financeiras em títulos pós-fixados que teriam um aumento de remuneração nos cenários possível e remoto, neutralizando parte do impacto das elevações das taxas de juros no fluxo de pagamentos das dívidas. Entretanto, por não ter uma previsibilidade de vencimentos equivalente a dos passivos financeiros, o impacto dos cenários sobre tais ativos não foi considerado. Os saldos de equivalentes de caixa e de aplicações financeiras estão apresentados na Nota 9.

Os efeitos de exposição a taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

CONTROLADORA						
Operação	Risco individual	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 Anos	Maiores que 5 anos	Total
<i>Cenário Provável</i>						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	477.923	819.228	790.141	444.167	2.531.459
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	118.906	99.782	33.343	11.414	263.445
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	5	1			6
Total vinculado a taxas de juros		596.834	919.011	823.484	455.581	2.794.910
<i>Cenário Possível</i>						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	567.315	999.980	965.403	545.765	3.078.463
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	123.167	120.426	41.907	22.511	308.011
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	5	1			6
Total vinculado a taxas de juros		690.487	1.120.407	1.007.310	568.276	3.386.480
<i>Cenário Remoto</i>						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	655.666	1.179.229	1.139.222	647.284	3.621.401
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	127.409	141.333	50.853	34.429	354.024
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	5	1			6
Total vinculado a taxas de juros		783.080	1.320.563	1.190.075	681.713	3.975.431
<i>Impactos estimados no valor justo dos instrumentos financeiros</i>						
Cenário Possível - Cenário Provável		93.653	201.396	183.826	112.695	591.570
CDI		89.392	180.752	175.262	101.598	547.004
TJLP		4.261	20.644	8.564	11.097	44.566
Cenário Remoto - Cenário Provável		186.246	401.552	366.591	226.132	1.180.521
CDI		177.743	360.001	349.081	203.117	1.089.942
TJLP		8.503	41.551	17.510	23.015	90.579

CONSOLIDADO						
Operação	Risco individual	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	Total
Cenário Provável						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	477.923	819.228	790.141	444.167	2.531.459
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	180.677	192.199	85.887	26.253	485.016
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	5	1			6
Total vinculado a taxas de juros		658.605	1.011.428	876.028	470.420	3.016.481
Cenário Possível						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	567.315	999.980	965.403	545.765	3.078.463
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	186.132	221.545	109.833	53.036	570.546
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	5	1			6
Total vinculado a taxas de juros		753.452	1.221.526	1.075.236	598.801	3.649.015
Cenário Remoto						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	655.666	1.179.229	1.139.222	647.284	3.621.401
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	191.563	251.299	134.846	81.781	659.489
Dívidas em US LIBOR	Alta da US LIBOR	5	1			6
Total vinculado a taxas de juros		847.234	1.430.529	1.274.068	729.065	4.280.896
Impactos estimados no valor justo dos instrumentos financeiros						
Cenário Possível – Cenário Provável		94.847	210.098	199.208	128.381	632.534
CDI		89.392	180.752	175.262	101.598	547.004
TJLP		5.455	29.346	23.946	26.783	85.530
Cenário Remoto - Cenário Provável		188.629	419.101	398.040	258.645	1.264.415
CDI		177.743	360.001	349.081	203.117	1.089.942
TJLP		10.886	59.100	48.959	55.528	174.473

(e) Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

(f) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade da Companhia não honrar com as suas obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

A Administração utiliza seus recursos principalmente para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, investir em novos negócios, pagar dividendos e refinanciar dívidas.

As condições são atendidas com fluxo de caixa gerado internamente, dívidas de curto e longo prazos e financiamentos externos. Estas origens de recursos somadas à forte posição financeira da Companhia continuarão a permitir o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos.

O Grupo Oi possui linha de crédito rotativo, o que aumenta a liquidez no curto prazo e possibilita maior eficiência da gestão do caixa, sendo consistente com o seu foco estratégico na redução do custo do capital. A linha de crédito rotativo foi contratada em Novembro de 2011 junto a um sindicato composto por diversos bancos comerciais globais, conforme descrito na Nota 19.

(g) Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e de suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as suas vendas futuras e afetar negativamente sua lucratividade. Além disso, os recursos necessários para cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantia disponível para dispêndios de capital.

O risco de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento dos “*covenants*” financeiros atrelados às dívidas do grupo está detalhado na Nota 19, na seção “*Covenants*”.

(h) Riscos contingenciais

Os riscos contingenciais são avaliados segundo hipóteses de exigibilidade e estão segregados entre provisões e passivos contingentes, conforme definições contidas no CPC 25 / IAS 37. Provisões são as contingências consideradas como de risco provável, reconhecidas no passivo, pois existe uma obrigação presente como resultado de evento passado, sendo provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação. Os detalhes desses riscos estão apresentados na Nota 23.

(i) Risco de aspecto regulatório

Embora a regulamentação dos serviços de telecomunicações em geral seja bastante abrangente, ela é ainda mais restritiva quando se trata dos serviços prestados no regime público, definido na LGT - Lei Geral das Telecomunicações, como é o caso do STFC. Em decorrência, grande parte dos riscos e obrigações regulatórias diz respeito a esse serviço, que tem grande relevância nas atividades da Companhia.

Contratos de Concessão

Estão em vigor contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Companhia junto à ANATEL, com abrangência no período compreendido entre 1 de janeiro de 2006 e 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão, que prevêm revisões quinquenais, no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador. Entre outros pontos destacam-se:

- (i) O ônus da concessão definido como 2% da receita anual líquida de tributos, paga a cada biênio, a partir do exercício social de 2006, cujo primeiro pagamento ocorreu no dia 30 de abril de 2007. Tal método de cálculo, no que diz respeito à competência, corresponde a 1% da receita líquida de tributos de cada exercício social;

- (ii) A imposição de metas de universalização que poderão ser revistas a cada cinco anos, na forma prevista nos referidos contratos de concessão. A imposição de novas metas que impliquem em ônus adicionais deverá ser sempre acompanhada da indicação de fontes de financiamento correspondentes. Em 30 de junho de 2011, a Companhia firmou junto à ANATEL e ao Ministério das Comunicações, a revisão dos contratos de concessão de STFC que serão imputadas para o período 2011 a 2015, para maiores detalhes vide Nota 30;
- (iii) A possibilidade do Órgão Regulador impor planos alternativos de oferta obrigatória;
- (iv) A introdução do direito do Órgão Regulador de intervir e modificar contratos da concessionária com terceiros;
- (v) A inclusão dos bens da controladora, controlada, coligada e de terceiros, indispensáveis à concessão, como bens reversíveis;
- (vi) A criação de conselho de usuários em cada concessão; e
- (vii) As tarifas de uso de redes são definidas como um percentual da tarifa de público local e longa distância nacional, até a efetiva implantação de modelo de custos por serviço/modalidade, conforme previsto no PGR – Plano Geral de Atualização da Regulamentação.

(j) Gestão de capital

A Companhia administra sua estrutura de capital de acordo com melhores práticas de mercado.

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

Os indicadores utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Bruta sobre o *EBITDA* acumulado nos últimos 12 meses (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações), Dívida líquida (dívida total menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o *EBITDA* acumulado nos últimos 12 meses, índice de cobertura de juros, conforme abaixo:

Dívida Bruta/ <i>EBITDA</i>	entre 2x e 4x
Dívida Líquida/ <i>EBITDA</i>	entre 1,4x e 2x
Índice de cobertura de juros (*).....	..maior que 1,75

(*) Mede a capacidade da Companhia em cobrir suas obrigações futuras de juros.

4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
Receita bruta de vendas e/ou serviços	13.716.360	14.947.950	16.406.661	17.619.050
Deduções da receita bruta	(6.237.704)	(6.574.928)	(7.161.406)	(7.355.758)
Tributos	(2.813.849)	(3.178.661)	(3.331.372)	(3.645.824)
Outras deduções	(3.423.855)	(3.396.267)	(3.830.034)	(3.709.934)
Receitas de vendas e/ou serviços	7.478.656	8.373.022	9.245.255	10.263.292

5. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. O detalhamento das despesas por natureza é apresentado a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
Serviços de terceiros	(1.986.087)	(1.859.680)	(2.260.112)	(2.120.354)
Interconexão	(1.833.753)	(1.993.150)	(1.711.219)	(1.981.928)
Depreciação e amortização	(711.122)	(717.593)	(1.044.226)	(1.056.740)
Pessoal	(461.518)	(351.502)	(882.866)	(755.344)
Aluguéis e seguros	(312.955)	(275.154)	(450.915)	(402.342)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(263.398)	(280.886)	(332.808)	(351.535)
Publicidade e propaganda	(76.807)	(90.288)	(148.157)	(151.847)
FISTEL	(16.170)	(17.904)	(130.424)	(116.239)
Meios de conexão	(210.014)	(153.217)	(79.218)	(102.572)
Materiais	(58.227)	(72.307)	(65.803)	(108.543)
Taxa de prorrogação do contrato de concessão - ANATEL	(49.019)	(56.759)	(49.019)	(56.759)
Custo de aparelhos e outros			(23.831)	(47.760)
Outros custos e despesas	(10.960)	(13.633)	(13.387)	(44.069)
Total	(5.990.030)	(5.882.073)	(7.191.985)	(7.296.032)
Classificados como:				
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(3.848.801)	(3.825.128)	(4.586.565)	(4.732.081)
Despesas com vendas	(986.189)	(862.766)	(1.160.793)	(1.025.010)
Despesas gerais e administrativas	(1.155.040)	(1.194.179)	(1.444.627)	(1.538.941)
Total	(5.990.030)	(5.882.073)	(7.191.985)	(7.296.032)

6. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
Outras receitas operacionais				
Recuperação de tributos e despesas recuperadas (i)	139.476	114.226	156.633	152.257
Aluguel de infraestrutura operacional e outros	167.134	138.242	120.363	90.042
Multas	74.859	82.803	90.537	91.523
Serviços técnicos e administrativos	66.518	62.011	66.659	64.492
Dividendos prescritos	50.330	27.350	50.330	27.350
Receitas na venda de imobilizado	17.067	10.754	21.438	54.015
Recebimento em duplicidade	16.774	21.262	17.908	23.289
Outras receitas	23.761	12.934	36.492	20.994
Total	555.919	469.582	560.360	523.962
Outras despesas operacionais				
Provisões/Reversões	(529.684)	(392.570)	(570.672)	(405.093)
Tributos	(172.840)	(149.437)	(308.581)	(276.261)
Custas processuais	(48.241)	(50.260)	(50.118)	(51.024)
Baixa de imobilizado	(17.786)	(8.855)	(28.039)	(83.387)
Participação de empregados e administradores	(7.893)	(65.045)	(27.449)	(102.555)
Multas	(17.893)	(30.952)	(21.520)	(34.845)
Provisões para fundos de pensão	(6.865)	(10.361)	(7.237)	(14.221)
Outras despesas	(23.344)	(64.050)	(32.727)	(64.306)
Total	(824.546)	(771.530)	(1.046.343)	(1.031.692)

- (i) O saldo de 2011 inclui o reconhecimento da recuperação de gastos com benefícios pós-emprego (planos de aposentadoria) relacionados ao fundo de pensão superavitário PBS-A administrado pela Sistel, no valor de R\$ 71 milhões na controladora e no consolidado, cuja contrapartida está na rubrica “Ativo relacionado aos fundos de pensão”.

7. RESULTADO FINANCEIRO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	85.220	164.247	383.628	286.523
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	335.165	60.763	344.553	75.048
Atualização monetária de depósitos judiciais	323.368	329.078	333.130	333.058
Juros, variações monetárias e outros a receber de partes relacionadas	12.258	190.591	306.548	236.385
Descontos financeiros obtidos	10.944	797	16.814	2.147
Outras receitas financeiras (i)	1.553	50.255	21.197	46.294
Total	768.508	795.731	1.405.870	979.455
Despesas financeiras				
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(345.041)	(155.157)	(474.032)	(272.571)
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(209.963)	(254.062)	(266.148)	(285.547)
Reversão de atualização monetária sobre depósitos judiciais (ii)	(198.853)		(198.853)	
Juros sobre debêntures	(182.154)	(141.776)	(182.154)	(141.776)
Atualização monetária de provisões	(156.719)	(239.787)	(167.087)	(254.038)
Operações com instrumentos financeiros derivativos	(49.251)	(8.899)	(49.251)	(8.899)
Juros e comissões sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas	(171.798)	(51.193)	(43.819)	(3)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(5.491)	(2.409)	(5.707)	(2.859)
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros		(1.790)		(1.977)
Variação cambial sobre investimentos no exterior				(6.791)
Outras despesas financeiras	(84.838)	(72.379)	(90.731)	(85.249)
Total	(1.404.108)	(927.452)	(1.477.782)	(1.059.710)
Resultado financeiro	(635.600)	(131.721)	(71.912)	(80.255)

- (i) Inclui variação cambial sobre investimentos no exterior no montante de R\$ 17.204, no consolidado.
- (ii) No primeiro trimestre de 2011, a Companhia revisou a estimativa de atualização monetária sobre depósitos judiciais, resultando em uma reversão da atualização monetária nos montantes apresentados na tabela acima.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	(20.847)	(69.266)	(205.730)	(149.117)
Tributos diferidos	(233.891)	(315.376)	(283.895)	(259.298)
Total	(254.738)	(384.642)	(489.625)	(408.415)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
Lucro antes das tributações	1.260.469	2.355.665	1.495.375	2.379.275
Resultado das empresas não-sujeitas ao cálculo de IR/CSLL			(13.235)	2.800
Total do resultado tributado	1.260.469	2.355.665	1.482.140	2.382.075
IRPJ E CSLL				
IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado	(428.560)	(800.926)	(503.928)	(809.906)
Equivalência patrimonial	229.864	101.451		
Efeitos tributários do JSCP	(85.177)	123.480		123.480
Exclusões (adições) permanentes (i)	29.135	103.272	14.280	122.959
Compensação de prejuízos fiscais/base negativa da CSLL				24.332
Ativo fiscal diferido não constituído (ii)				(5.304)
Ativo fiscal diferido constituído (iii)		88.081	23	136.024
Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado	(254.738)	(384.642)	(489.625)	(408.415)

(i) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes são: multas indedutíveis, patrocínios e doações indedutíveis, receitas de dividendos prescritos, amortização de ágio (período pré-incorporação), reversões de provisões e aplicação no FINOR.

(ii) Referem-se a ajustes aos ativos fiscais diferidos em decorrência de controladas que não constituem crédito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa.

(iii) Refere-se substancialmente ao registro de tributos diferidos de controladas após a revisão das projeções de resultados indicarem a recuperabilidade dos valores.

As Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2011 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da Administração e os procedimentos instituídos pelo RTT – Regime Tributário Transitório.

9. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, são classificadas como mantidas para negociação e são mensuradas pelos respectivos valores justos.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
Caixa e contas bancárias	89.552	73.774	136.132	130.173
Equivalentes de caixa	4.264.765	1.714.227	5.868.374	3.086.764
Total	4.354.317	1.788.001	6.004.506	3.216.937

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
Fundos de investimentos exclusivos	3.022.318	1.662.265	4.522.452	2.778.089
CDB – Certificado de Depósito Bancário	6.693	51.672	46.456	234.577
Time Deposits (*)	1.141.331		1.141.331	
Nota de cupom cambial	94.096		94.096	
Investimentos no exterior	327	290	64.039	74.098
Equivalentes de caixa	4.264.765	1.714.227	5.868.374	3.086.764

(*) Refere-se à aplicação do montante captado através de emissão de “Senior Notes” em setembro de 2011, conforme Nota 19.

(b) Aplicações financeiras

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
Fundos de investimentos exclusivos	89.331	582.115	1.084.027	832.077
Títulos privados	13.327		13.327	
Aplicações financeiras	102.658	582.115	1.097.354	832.077
Circulante	89.331	582.115	1.084.027	832.077
Não circulante	13.327		13.327	

(c) Composição das carteiras dos fundos de investimentos exclusivos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
Operações compromissadas	1.713.046	1.591.468	2.559.127	2.658.069
CDB – Certificado de Depósito Bancário	1.307.362	70.682	1.903.062	119.466
Outros	1.910	115	60.263	554
Títulos classificados em equivalentes de caixa	3.022.318	1.662.265	4.522.452	2.778.089
Títulos públicos	65.411	570.955	1.052.585	811.447
CDB – Certificado de Depósito Bancário	23.920	11.160	31.442	20.630
Títulos classificados em aplicações financeiras de curto prazo	89.331	582.115	1.084.027	832.077
Total aplicado em fundos exclusivos	3.111.649	2.244.380	5.606.479	3.610.166

A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras em fundos de investimentos exclusivos no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como “benchmark”, o CDI no Brasil e a LIBOR no exterior.

10. CONTAS A RECEBER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
Serviços faturados	1.420.533	1.418.673	1.753.230	1.757.622
Serviços a faturar	777.630	788.041	820.014	855.575
Aparelhos e acessórios vendidos	7.739	1.013	21.073	23.449
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(500.689)	(488.938)	(583.830)	(566.738)
Total	1.705.213	1.718.789	2.010.487	2.069.908

A composição por idade dos valores a receber consolidado é apresentada a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
A faturar	777.630	788.041	820.014	855.575
A vencer	549.714	469.341	805.418	707.235
A receber de outros provedores	227.938	274.268	265.454	310.636
Vencidas até 60 dias	381.687	406.033	409.313	443.303
Vencidas de 61 a 90 dias	72.984	70.542	77.536	84.230
Vencidas de 91 a 120 dias	44.271	54.988	47.928	63.815
Vencidas de 121 a 150 dias	32.069	41.369	34.650	51.883
Vencidas de 151 a 180 dias	119.609	103.145	134.004	119.969
Total	2.205.902	2.207.727	2.594.317	2.636.646

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes da Companhia são as seguintes:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 01/01/2010	(485.359)	(567.207)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(280.886)	(351.535)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	277.307	352.004
Saldo em 2010	(488.938)	(566.738)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(263.398)	(332.808)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	251.647	315.716
Saldo em 2011	(500.689)	(583.830)

11. CRÉDITOS COM PARTES RELACIONADAS

	CONTROLADORA	
	2011	2010
Mútuo com controlada	6.646	1.490
Juros sobre mútuo	57	58
Total	6.703	1.548
Circulante		1.548
Não circulante	6.703	

A Companhia firmou contratos de mútuos com as subsidiárias BrT Call Center em 20 de maio de 2009 e Vant Telecomunicações em 21 de maio de 2010. Os contratos vencerão nos dias 16 e 19 de maio de 2012 respectivamente. A remuneração destes mútuos corresponde à taxa de 115% do CDI e os juros são pagos juntamente com o principal no final do contrato.

	CONSOLIDADO	
	2011	2010
Debêntures privadas – principal	1.500.000	1.500.000
Juros sobre debêntures privadas	717.682	411.134
Total	2.217.682	1.911.134
Não circulante	2.217.682	1.911.134

Debêntures privadas de emissão da TMAR

Direitos da Companhia, adquiridos por incorporação

Os direitos da Companhia referem-se à subscrição pela incorporada BrT Part, em 17 de fevereiro de 2009, de 11.648 debêntures não conversíveis em ações, emitidas pela controladora indireta TMAR, pelo valor nominal unitário de R\$ 103, importando no montante de R\$ 1.200.000. O prazo de vencimento destas debêntures é de cinco anos, marcado para o dia 11 de dezembro de 2013. A remuneração corresponde à Taxa DI capitalizada de um “*spread*” de 4,0% a.a. e seu recebimento coincide com a data de vencimento das debêntures. Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia transferiu o direito sobre as referidas debêntures para a BrT Celular, como integralização parcial do aumento de capital realizado nesta controlada.

Subscrição pela BrT Celular

A BrT Celular subscreveu em 12 de março de 2009, 2.885 debêntures não conversíveis em ações, emitidas pela TMAR, pelo valor nominal unitário de R\$ 104, importando no montante de R\$ 300.000. O prazo de vencimento destas debêntures é de cinco anos, marcado para a data de 11 de dezembro de 2013. A remuneração corresponde à Taxa DI capitalizada de 4,0% a.a. e seu recebimento coincide com a data de vencimento das debêntures.

12. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
Tributos correntes a recuperar				
IR a recuperar (iv)	23.560	125.374	184.985	193.070
CS a recuperar (iv)	4.415	49.674	63.358	71.673
IRRF/CSLL – Impostos retidos na fonte (iii)	71.050	39.700	104.882	70.211
Circulante	99.025	214.748	353.225	334.954
Tributos diferidos a recuperar				
IR sobre créditos fiscais – ágio incorporado (i)	1.616.134	1.813.722	1.616.134	1.813.722
CS sobre créditos fiscais – ágio incorporado (i)	581.809	652.940	581.809	652.940
IR sobre diferenças temporárias (ii)	1.218.539	1.329.012	1.320.137	1.440.459
CS sobre diferenças temporárias (ii)	404.192	432.114	431.093	462.633
IR sobre prejuízos fiscais (ii)	135.863		704.586	600.424
CS sobre base negativa (ii)	27.730		246.269	229.533
Provisão para perda de recuperabilidade (ii)			(5.281)	(5.304)
Outros tributos diferidos (iv)	49.655	49.113	87.575	82.036
Não circulante	4.033.922	4.276.901	4.982.322	5.276.443
Adições (Exclusões) temporárias por natureza:	3.820.674	4.227.788	3.949.173	4.369.754
Provisões	1.464.810	1.423.267	1.497.289	1.448.449
Provisões de impostos e contribuições com exigibilidade suspensa (Principal)	110.067	156.621	136.446	182.538
Provisões para fundos de pensão	211.329	220.811	212.084	221.999
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	170.234	166.239	198.274	192.828
Variações cambiais	(110.264)	(49.884)	(110.270)	(39.663)
Ágio da licença e mais-valia (i)	2.197.943	2.466.662	2.197.943	2.466.662
Outras adições e exclusões temporárias	(227.195)	(175.786)	(194.682)	(137.540)
Subsídios e Fistel			7.153	11.994
Provisão para desmobilização de ativos	3.750	7.465	4.936	10.094
Reconhecimento de receita		12.393		12.393

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
Tributos correntes a recolher				
Imposto de renda a pagar	3.013	76.758	131.170	145.133
Contribuição social a pagar	1.087	29.863	48.024	51.711
Circulante	4.100	106.621	179.194	196.844
Tributos diferidos				
Imposto de renda e contribuição social diferidos – Lei nº 8.200/1991		5.418		5.418
Imposto de renda e contribuição social diferidos – RTT		4.212		5.798
Não circulante		9.630		11.216

- (i) A Companhia incorporou montantes de imposto de renda e contribuição social diferidos apurados sob a forma de benefício fiscal originado dos ágios pagos na aquisição da Companhia registrados pelas empresas incorporadas, conforme Nota 1 (a). A realização do crédito fiscal decorre da amortização do saldo de ágio fundamentado na licença de STFC e no ágio da mais valia do imobilizado, com aproveitamento fiscal previsto para os exercícios de 2012 a 2034.
- (ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Companhia e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente.

Adicionalmente, para as controladas diretas e indiretas que não apresentaram, em 31 de dezembro de 2011, históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social não foram reconhecidos na sua totalidade, bem como, os créditos tributários sobre diferenças temporárias. Os créditos não reconhecidos contabilmente totalizam R\$ 62.950 (2010 - R\$ 56.906).

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos ativos de tributos diferidos, líquidos da provisão reconhecida:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2012		152.448
2013		212.071
2014	7.963	348.163
2015	39.761	245.522
2016	166.415	166.415
De 2017 a 2019	1.529.919	1.529.919
De 2020 a 2021	42.266	42.266
Total	1.786.324	2.696.804

- (iii) A Companhia e suas controladas registram créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, mútuo, dividendos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos exercícios.
- (iv) Referem-se principalmente a antecipações de tributos federais, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	CONTROLADORA					
	Saldo em 2010	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Adições / (Compensações)	Transferências	Reconhecido no resultado financeiro	Saldo em 2011
Impostos diferidos (passivos) ativos com relação a:						
Provisões	1.423.267	41.543				1.464.810
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa (Principal)	156.621	(46.554)				110.067
Provisões para fundos de pensão	220.811	(9.482)				211.329
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	166.239	3.995				170.234
Variações cambiais	(49.884)	(60.380)				(110.264)
Àgio da licença e mais-valia	2.466.662	(268.719)				2.197.943
Outras adições e exclusões temporárias	(175.786)	(41.779)		(9.630)		(227.195)
Provisão para desmobilização de ativos	7.465	(3.715)				3.750
Reconhecimento de receita	12.393	(12.393)				
Prejuízos fiscais		135.863				135.863
Base negativa de CSSL		27.730				27.730
Outros tributos diferidos – Saldo credor de exercícios anteriores	49.113		(6.749)		7.291	49.655
Total	4.276.901	(233.891)	(6.749)	(9.630)	7.291	4.033.922
Imposto diferido passivo com relação a:						
Outras adições e exclusões temporárias	(9.630)			9.630		
Total	(9.630)			9.630		
Total	4.267.271	(233.891)	(6.749)		7.291	4.033.922

	CONSOLIDADO					
	Saldo em 2010	Reconhecido no resultado de IR/CS diferidos	Adições / (Compensações)	Transferências	Reconhecido no resultado financeiro	Saldo em 2011
Impostos diferidos (passivos) ativos com relação a:						
Provisões	1.448.449	48.840				1.497.289
Provisões de tributos com exigibilidade suspensa (Principal)	182.538	(46.092)				136.446
Provisões para fundos de pensão	221.999	(9.915)				212.084
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	192.828	5.446				198.274
Variações cambiais	(39.663)	(70.607)				(110.270)
Àgio da licença e mais-valia	2.466.662	(268.719)				2.197.943
Outras adições e exclusões temporárias	(137.540)	(45.926)		(11.216)		(194.682)
Subsídios e Fístel	11.994	(4.841)				7.153
Provisão para desmobilização de ativos	10.094	(5.158)				4.936
Reconhecimento de receita	12.393	(12.393)				
Provisão para perda de recuperabilidade	(5.304)	23				(5.281)
Prejuízos fiscais	600.424	107.598	(3.436)			704.586
Base negativa de CSSL	229.533	17.849	(1.113)			246.269
Outros tributos diferidos – Saldo credor de exercícios anteriores	82.036		(5.637)		11.176	87.575
Total	5.276.443	(283.895)	(10.186)	(11.216)	11.176	4.982.322
Imposto diferido passivo com relação a:						
Outras adições e exclusões temporárias	(11.216)			11.216		
Total	(11.216)			11.216		
Total	5.265.227	(283.895)	(10.186)		11.176	4.982.322

13. OUTROS TRIBUTOS

	ATIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
ICMS a recuperar (i)	644.955	357.630	876.172	496.577
PIS e COFINS	64.338	65.647	71.600	84.178
Outros	3.362	2.132	14.246	8.970
Total	712.655	425.409	962.018	589.725
Circulante	563.901	294.748	783.382	416.674
Não circulante	148.754	130.661	178.636	173.051

	PASSIVO			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
ICMS	717.540	517.614	890.835	596.297
ICMS Convênio nº 69/1998	41.605	30.482	43.698	31.788
PIS e COFINS	638.925	601.224	761.192	688.288
FUST/FUNTEL/Rádiodifusão	165.363	147.977	222.600	178.843
Outros	15.970	43.389	29.803	53.785
Total	1.579.403	1.340.686	1.948.128	1.549.001
Circulante	1.165.680	735.994	1.445.362	856.290
Não circulante	413.723	604.692	502.766	692.711

(i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
Cíveis	5.044.952	4.326.630	5.135.887	4.376.651
Trabalhistas	869.462	626.136	884.607	636.118
Tributárias	542.925	622.367	585.645	637.167
Total	6.457.339	5.575.133	6.606.139	5.649.936
Circulante	1.609.577	1.357.777	1.651.114	1.383.914
Não circulante	4.847.762	4.217.356	4.955.025	4.266.022

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

15. DEMAIS ATIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
Adiantamento e valores a recuperar de fornecedor	124.272	106.372	176.877	126.015
Valores a receber	52.709	81.684	70.295	52.224
Adiantamentos a empregados	13.859	17.799	20.049	24.447
Publicidade e propaganda e patrocínio	9.550	5.128	19.552	9.560
Manutenção de softwares	6.637	4.144	9.806	7.068
Fiança bancária	9.669		9.778	
Aluguel de faixa de domínio, circuitos e outros	1.070	1.124	6.275	3.043
Seguros	1.433	2.952	3.709	4.173
Editoração de listas telefônicas	2.817	8.218	2.817	8.218
Outros	9.005	17.638	11.516	22.708
Total	231.021	245.059	330.674	257.456
Circulante	207.601	217.290	288.826	218.010
Não circulante	23.420	27.769	41.848	39.446

16. INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
Participações avaliadas pela equivalência patrimonial	7.433.360	5.749.706		
Participações avaliadas pelo custo de aquisição	3.699	3.699	5.338	5.199
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas	3.057	130	3.057	130
Ágio "Goodwill"	11.618			
Outros investimentos	23	23	41	41
Total	7.451.757	5.753.558	8.436	5.370

Resumo das movimentações dos saldos de investimento

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 01/01/2010	3.921.658	5.374
Equivalência patrimonial	298.385	
Transferência de passivo a descoberto da Vant	2.287	
Aumento de capital da BrT Celular	1.531.775	
Outras alterações de participações societárias	(547)	(4)
Saldo em 2010	5.753.558	5.370
Ágio "Goodwill"	11.618	
Equivalência patrimonial	676.070	
Transferência de passivo a descoberto da Vant	7.314	
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas	2.927	2.927
Aumento de capital da BrT Celular	1.468.225	
Dividendos obrigatórios	(217.436)	
Juros sobre capital próprio	(250.519)	
Outros		139
Saldo em 2011	7.451.757	8.436

Em dezembro de 2010, foi aprovada a proposta de aumento do capital social da BrT Celular, no valor de R\$ 3 bilhões. A integralização pela Companhia ocorreu da seguinte forma: (i) em 2010, mediante a transferência de debêntures de emissão da TMAR de titularidade da Companhia, no montante de R\$ 1.531.775; e (ii) em moeda corrente em 2011, no montante de R\$ 1.468.225.

Os principais dados relativos às participações avaliadas pelo método de equivalência patrimonial são os seguintes:

			CONTROLADORA				
			2011				
			Quantidade em milhares			Participação - %	
Controladas	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Ordinárias	Preferenciais	Cotas	Capital total	Capital votante
BrT Celular	6.101.835	406.866	4.473.443			100	100
BrTI	380.653	4.719	685.154			100	100
BrT CS	466.404	179.182			272.443.966	99,99	99,99
BrT Multimídia	441.363	97.549			399.253	90,46	90,46
VANT	(9.602)	(7.314)	141.511.999			99,99	99,99
BrT Call Center	24.484	4.089	11.270	22.370		100	100
BrT Card	8.648	645			7.499.999	100	100
iG Brasil	278.487	(2.090)	112.047.365			13,64	13,64
iG Participações	87.773	(770)	125.502			0,16	0,16
NTPA	13.935	(72)			32.645.507	100	100

CONTROLADORA			
2011			
Controladas	Equivalência patrimonial	Valor do investimento	Provisão para passivo a descoberto
BrT Celular	406.866	6.101.835	
BrTI	4.719	380.653	
BrT CS	179.182	466.404	
BrT Multimídia	88.241	399.257	
VANT	(7.314)		(9.602)
BrT Call Center	4.089	24.484	
BrT Card	645	8.648	
iG Brasil	(285)	38.000	
iG Participações	(1)	144	
NTPA	(72)	13.935	
Total	676.070	7.433.360	(9.602)

			CONTROLADORA				
			2010				
			Quantidade em milhares			Participação - %	
			Ações				
Controladas	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Ordinárias	Preferenciais	Cotas	Capital total	Capital votante
BrT Celular	4.426.743	2.410	4.473.443			100	100
BrTI	375.935	13.047	685.154			100	100
BrT CS	466.404	147.460			272.443.966	99,99	99,99
BrT Multimídia	441.244	135.565			399.253	90,46	90,46
VANT	(2.287)	(2.048)	141.511.999			99,99	99,99
BrT Call Center	20.395	759	11.270	22.370		100	100
BrT Card	8.648	513			7.499.999	100	100
iG Brasil	280.576	21.151	112.047.365			13,64	13,64
iG Participações	88.542	6.610				0,16	0,16
NTPA	14.008	10.547			32.645.507	100	100

CONTROLADORA			
2010			
Controladas	Equivalência patrimonial	Valor do investimento	Provisão para passivo a descoberto
BrT Celular	2.410	4.426.743	
BrTI	13.047	375.935	
BrT CS	147.460	466.404	
BrT Multimídia	122.631	399.145	
VANT	(2.048)		(2.287)
BrT Call Center	759	20.395	
BrT Card	513	8.648	
iG Brasil	2.886	38.283	
iG Participações	11	145	
NTPA	10.547	14.008	
NTIN	169		
Total	298.385	5.749.706	(2.287)

Informações financeiras resumidas

2011			
Controladas	Ativos	Passivos	Receitas
BrT Celular	8.827.629	2.725.794	2.006.083
BrTI	416.771	36.118	15.354
BrT CS	816.105	349.701	217.421
BrT Multimídia	683.630	242.267	212.661
VANT	11.938	21.540	
BrT Call Center	119.704	95.220	354.844
BrT Card	9.367	719	
iG Brasil	364.249	85.762	236.645
iG Participações	90.376	2.603	
NTPA	13.935		

Controladas	2010		
	Ativos	Passivos	Receitas
BrT Celular	6.724.299	2.297.556	1.937.383
BrTI	397.625	21.690	16.677
BrT CS	638.905	172.502	210.215
BrT Multimídia	581.129	139.885	218.252
VANT	11.446	13.733	
BrT Call Center	105.170	84.775	324.073
BrT Card	8.716	68	
iG Brasil	379.371	98.795	288.346
iG Participações	90.896	2.354	
NTPA	14.008		

17. IMOBILIZADO

	CONTROLADORA						
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros (1)	Infraestrutura	Prédios	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)							
Saldo em 01/01/2010	205.590	5.109.692	14.117.259	3.816.293	1.025.976	1.638.326	25.913.136
Adições	489.490	44	106.661	9.503	469	15.107	621.274
Baixas	(3.963)	(2.870)	(62.480)	(6.565)	(947)	(11.103)	(87.928)
Transferências	(241.765)	5.646	145.847	46.366	479	5.612	(37.815)
Saldo em 2010	449.352	5.112.512	14.307.287	3.865.597	1.025.977	1.647.942	26.408.667
Adições	870.991	550	175.584	1.691	1	9.155	1.057.972
Baixas	(3.890)	(10.791)	(46.281)	(12.059)		(3.828)	(76.849)
Transferências	(588.563)	21.655	430.937	107.119	1.910	(9.921)	(36.863)
Saldo em 2011	727.890	5.123.926	14.867.527	3.962.348	1.027.888	1.643.348	27.352.927
Depreciação acumulada							
Saldo em 01/01/2010		(4.927.648)	(12.348.315)	(2.868.674)	(588.375)	(1.432.657)	(22.165.669)
Despesas de depreciação		(22.770)	(297.731)	(153.029)	(21.000)	(56.123)	(550.653)
Baixas		2.872	54.564	10.999	736	9.902	79.073
Transferências		(7.225)	13.990	(4.660)	(18.459)	16.407	53
Saldo em 2010		(4.954.771)	(12.577.492)	(3.015.364)	(627.098)	(1.462.471)	(22.637.196)
Despesas de depreciação		(23.097)	(340.601)	(165.593)	(23.642)	(30.667)	(583.600)
Baixas		10.888	42.848	13.553		3.898	71.187
Saldo em 2011		(4.966.980)	(12.875.245)	(3.167.404)	(650.740)	(1.489.240)	(23.149.609)
Imobilizado líquido							
Saldo em 2010	449.352	157.741	1.729.795	850.233	398.879	185.471	3.771.471
Saldo em 2011	727.890	156.946	1.992.282	794.944	377.148	154.108	4.203.318
Taxa anual de depreciação (média)		10%	10%	6%	4%	12%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

	CONSOLIDADO						
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros (1)	Infraestrutura	Prédios	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)							
Saldo em 01/01/2010	542.002	5.406.634	16.019.512	4.165.471	1.076.242	1.968.413	29.178.274
Adições	770.911	44	122.013	12.424	1.660	26.421	933.473
Baixas	(48.114)	(2.870)	(205.682)	(7.793)	(947)	(14.386)	(279.792)
Transferências	(526.737)	60.759	277.200	59.840	460	54.125	(74.353)
Saldo em 2010	738.062	5.464.567	16.213.043	4.229.942	1.077.415	2.034.573	29.757.602
Adições	1.041.093	550	249.149	10.179	203	16.369	1.317.543
Baixas	(8.390)	(10.794)	(49.127)	(13.723)		(22.083)	(104.117)
Transferências	(766.163)	54.248	494.948	121.931	1.346	40.772	(52.918)
Saldo em 2011	1.004.602	5.508.571	16.908.013	4.348.329	1.078.964	2.069.631	30.918.110
Depreciação acumulada							
Saldo em 01/01/2010		(5.086.284)	(13.538.630)	(3.026.573)	(612.211)	(1.647.935)	(23.911.633)
Despesas de depreciação		(45.942)	(389.735)	(180.284)	(25.411)	(83.975)	(725.347)
Baixas		2.872	170.897	11.562	736	10.338	196.405
Transferências		(7.226)	13.527	(4.674)	(18.462)	16.607	(228)
Saldo em 2010		(5.136.580)	(13.743.941)	(3.199.969)	(655.348)	(1.704.965)	(24.440.803)
Despesas de depreciação		(49.320)	(453.470)	(185.216)	(27.548)	(59.486)	(775.040)
Baixas		10.891	44.855	14.122		21.556	91.424
Transferências				23		(3)	20
Saldo em 2011		(5.175.009)	(14.152.556)	(3.371.040)	(682.896)	(1.742.898)	(25.124.399)
Imobilizado líquido							
Saldo em 2010	738.062	327.987	2.469.102	1.029.973	422.067	329.608	5.316.799
Saldo em 2011	1.004.602	333.562	2.755.457	977.289	396.068	326.733	5.793.711
Taxa anual de depreciação (média)		10%	10%	6%	4%	13%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

Informações adicionais

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio da Companhia, que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos são denominados reversíveis, e integram o custo da concessão. Esses bens são revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo residual dos bens reversíveis é de R\$ 2.720.125 (2010 – R\$ 3.292.438), composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento no montante de R\$ 54.446 (2010 - R\$ 22.793) pela Companhia e R\$ 69.925 (2010 - R\$ 45.506) no consolidado, na taxa média de 11,60% a.a.

A Companhia e suas controladas não possuem contratos de arrendamento mercantil operacional, cujos riscos e benefícios inerentes à propriedade dos ativos permanecem com o arrendador.

18. INTANGÍVEL

	CONTROLADORA				
	Agio	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)					
Saldo em 01/01/2010	132.365	50.705	2.043.447	47.072	2.273.589
Adições			11		11
Baixas			(8)		(8)
Transferências		31.445	(8.225)	11.072	34.292
Saldo em 2010	132.365	82.150	2.035.225	58.144	2.307.884
Adições			75		75
Transferências	(132.365)	(54.196)	80.466	1.085	(105.010)
Saldo em 2011		27.954	2.115.766	59.229	2.202.949
Amortização acumulada					
Saldo em 01/01/2010	(120.747)		(1.633.516)	(10.532)	(1.764.795)
Despesas de amortização			(162.990)	(3.950)	(166.940)
Baixas			8		8
Transferências			9.078	(9.127)	(49)
Saldo em 2010	(120.747)		(1.787.420)	(23.609)	(1.931.776)
Despesas de amortização			(122.315)	(5.207)	(127.522)
Transferências	120.747				120.747
Saldo em 2011			(1.909.735)	(28.816)	(1.938.551)
Intangível líquido					
Saldo em 2010	11.618	82.150	247.805	34.535	376.108
Saldo em 2011		27.954	206.031	30.413	264.398
Taxa anual de amortização (média)			20%	20%	

	CONSOLIDADO					
	Ágios	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)						
Saldo em 01/01/2010	533.525	107.525	2.768.051	883.851	5.003	4.297.955
Adições			1.224			1.224
Baixas			(8)			(8)
Transferências		44.598	18.598		13.002	76.198
Saldo em 2010	533.525	152.123	2.787.865	883.851	18.005	4.375.369
Adições			919	1.073	261	2.253
Transferências		(85.455)	117.706		1.106	33.357
Saldo em 2011	533.525	66.668	2.906.490	884.924	19.372	4.410.979
Amortização acumulada						
Saldo em 01/01/2010	(453.031)		(2.075.293)	(197.140)	(87)	(2.725.551)
Despesas de amortização			(268.522)	(58.344)	(4.527)	(331.393)
Baixas			8			8
Transferências			9.078		(9.078)	
Saldo em 2010	(453.031)		(2.334.729)	(255.484)	(13.692)	(3.056.936)
Despesas de amortização			(206.036)	(58.904)	(4.246)	(269.186)
Saldo em 2011	(453.031)		(2.540.765)	(314.388)	(17.938)	(3.326.122)
Intangível líquido						
Saldo em 2010	80.494	152.123	453.136	628.367	4.313	1.318.433
Saldo em 2011	80.494	66.668	365.725	570.536	1.434	1.084.857
Taxa anual de amortização (média)			20%	6%	19%	

Licenças regulatórias

	CONSOLIDADO		
	Assinatura do termo	Prazo do termo	Custo de aquisição
Concessão / Autorização			
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (2G)	18/12/2002	17/12/2017	191.502
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (2G)	03/05/2004	22/12/2017	28.624
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (3G)	29/04/2008	30/04/2023	488.235
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (Banda H)	26/05/2011	30/04/2023	1.073
Custos de transação capitalizados às autorizações BrT Celular			81.523
Outras licenças			93.967
Total			884.924

Ágios (“Goodwill”)

A Companhia e suas controladas possuem ágios na aquisição de investimentos fundamentados na expectativa de rentabilidade futura (“goodwill”).

Em dezembro de 2011 foram realizadas as análises anuais do valor recuperável, teste de “impairment”, baseados em projeções de fluxo de caixa descontados de dez anos, com utilização de perpetuidade no último ano, prazo pelo qual a entidade estimava recuperar os investimentos quando da aquisição dos negócios, aplicando a taxa média de crescimento de 18,7% para provedor de internet e 5,3% para multimídia, taxa de desconto de 12% a.a., com utilização de perpetuidade no último ano. Os resultados dos testes não apuraram perdas, conforme resumido no quadro abaixo:

	Saldo dos ativos alocado a UGC	Ágio (“goodwill”) alocado à UGC	Base para avaliação do valor recuperável	Valor em uso
Unidade Geradora de Caixa (UGC)				
Provedor de internet - Região II (*)	86.597	73.173	159.770	1.274.183
Multimídia - Região II	188.758	7.321	196.079	639.831
Total	275.355	80.494	355.849	1.914.014

(*) Ágio alocado no segmento de internet, divulgado em “outros segmentos”.

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (Inclui debêntures)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
Financiamentos	3.118.875	2.433.639	3.883.614	3.236.944
Juros provisionados e outros encargos sobre financiamentos	131.138	45.474	135.216	49.634
Debêntures	4.070.360	1.080.000	4.070.360	1.080.000
Juros provisionados sobre debêntures	60.847	12.853	60.847	12.853
Empréstimos (mútuos com empresas ligadas)	1.329.358	477.804		
Juros provisionados e outros encargos sobre empréstimos (mútuos com empresas ligadas)	154.169	87.423		
Custo de transação incorrido	(43.954)	(13.339)	(44.826)	(14.345)
Total	8.820.793	4.123.854	8.105.211	4.365.086
Circulante	1.025.753	1.561.691	1.143.537	1.044.226
Não circulante	7.795.040	2.562.163	6.961.674	3.320.860

Empréstimos e financiamentos por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	2011	2010	2011	2010	Vencimento	TIR %
BNDES	1.522.267	1.843.598	2.229.449	2.588.066		
Moeda nacional	1.522.267	1.834.530	2.229.449	2.578.998	Fev/2011 à Dez/2018	10,15%
Cesta de moedas, incluindo Dólar		9.068		9.068	Abr/2011	
Debêntures públicas	4.131.207	1.092.853	4.131.207	1.092.853	Mar/2011 a Jun/2013	12,89%
Instituições financeiras	1.727.746	635.515	1.789.381	698.512		
Moeda nacional	1.726.827	588.352	1.788.462	651.349		
“Bond”	1.136.316		1.136.316		Set/2016	10,11%
CRI	544.646	547.450	544.646	547.450	Ago/2022	18,82%
Outros	45.865	40.902	107.500	103.899	Ago/2014 à Dez/2033	5,82%
Moeda estrangeira	919	47.163	919	47.163		
Outros	919	47.163	919	47.163	Jul/2012 à Fev/2014	4,77%
Mútuo com controlada – Moeda nacional	1.483.527	565.227			Abr/2012(*)	
Subtotal	8.864.747	4.137.193	8.150.037	4.379.431		
Custo de transação incorrido	(43.954)	(13.339)	(44.826)	(14.345)		
Total	8.820.793	4.123.854	8.105.211	4.365.086		

(*) No vencimento o prazo poderá ser repactuado em comum acordo entre as partes.

Custos de transações por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
Instituições financeiras	20.581	10.930	20.581	10.930
Moeda nacional	20.581	10.492	20.581	10.492
Moeda estrangeira		438		438
BNDES	789	965	1.661	1.971
Moeda nacional	789	965	1.661	1.971
Debêntures públicas	22.584	1.444	22.584	1.444
Total	43.954	13.339	44.826	14.345
Circulante	7.445	1.936	7.579	2.070
Não circulante	36.509	11.403	37.247	12.275

Composição da dívida por moeda

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
Reais	8.819.874	4.068.062	8.104.292	4.309.294
Ienes		44.108		44.108
UMBNDDES – Cesta de moedas do BNDES		9.068		9.068
Dólar Norte-Americano	919	2.616	919	2.616
Total	8.820.793	4.123.854	8.105.211	4.365.086

Composição da dívida por indexador

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
CDI	5.592.150	1.656.636	4.108.624	1.091.409
TJLP	1.427.927	1.740.014	2.122.561	2.471.881
Taxa pré-fixada	1.241.957	127.113	1.271.370	163.098
IPCA	534.898	536.958	534.898	536.958
INPC	23.289	7.341	67.186	45.948
Libor Iene		44.108		44.108
UMBNDDES – Cesta de moedas do BNDES		9.068		9.068
Libor	572	2.616	572	2.616
Total	8.820.793	4.123.854	8.105.211	4.365.086

Cronograma de vencimento

A dívida de longo prazo possui o seguinte cronograma de vencimento:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	2011	
2013	2.482.859	1.113.173
2014	303.612	415.254
2015	117.415	224.657
2016	1.996.791	2.104.033
2017 e exercícios seguintes	2.930.872	3.141.804
Total	7.831.549	6.998.921

Cronograma de apropriação dos custos de transação ao resultado

Os custos de transação classificados no passivo não circulante serão apropriados aos resultados dos exercícios subsequentes, como segue:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
	2011	
2013	7.234	7.369
2014	6.959	7.094
2015	6.974	7.108
2016	6.439	6.573
2017 e exercícios seguintes	8.903	9.103
Total	36.509	37.247

Descrição das principais captações e pagamentos de empréstimos e financiamentos

Financiamento em moeda nacional

BNDES

A Companhia e sua subsidiária BrT Celular, contratam financiamentos junto ao BNDES com o objetivo de financiar a expansão e melhoria da qualidade de rede fixa e móvel em todo o território nacional e atendimento às obrigações regulatórias.

Em dezembro de 2009, a Companhia e sua controlada BrT Celular celebraram contratos de financiamento com o BNDES, no montante de R\$ 1.389 milhões, para amparar os investimentos entre os anos de 2009 e 2011. Do total da linha contratada, foram realizados desembolsos de R\$ 300 milhões em dezembro de 2009, R\$ 531 milhões em outubro de 2010 (sendo R\$ 269 milhões para a Companhia e R\$ 262 milhões para a sua controlada BrT Celular) e R\$ 150 milhões em outubro de 2011 relativos a estes contratos de financiamento. O vencimento dos encargos financeiros era trimestral até dezembro de 2011, passando a ser mensal para o período de janeiro de 2012 até dezembro de 2018. O principal deve ser pago em 84 parcelas mensais, de janeiro de 2012 até dezembro de 2018. Os custos de transação associados a esta emissão, no valor de R\$ 1.431, são amortizados no resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

Em fevereiro de 2008, a BrT Celular contratou financiamento junto ao BNDES de R\$ 259 milhões, com captação efetiva de R\$ 259 milhões, destinados à adequação da rede de telefonia celular e ao crescimento do tráfego, com a implementação de novos serviços de melhoria da qualidade no atendimento aos usuários. O vencimento dos encargos financeiros será trimestral até setembro de 2010, passando a ser mensal para o período de outubro de 2010 até setembro de 2017. A amortização foi definida em 84 parcelas mensais, que iniciarão em outubro de 2010, vencendo a última em 15 de setembro de 2017. Os custos de transação associados a esta emissão, no valor de R\$ 526, são amortizados no resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

Em novembro de 2006 a Companhia contratou financiamento junto ao BNDES de R\$ 2.004 milhões, com captação efetiva de R\$ 2.055 milhões. O vencimento dos encargos financeiros foi trimestral até maio de 2009, passando a ser mensal para o período de junho de 2009 até maio de 2014. A amortização foi definida em 60 parcelas mensais, que se iniciaram em junho de 2009, vencendo a última em 15 de maio de 2014. Os custos de transação associados a esta emissão, no valor de R\$ 728, são amortizados no resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram amortizadas parcelas de principal mais os juros atualizados, no montante total de R\$ 731.176.

“Bonds”

Em setembro de 2011, a Companhia emitiu “*Senior Notes*” no valor de R\$ 1.100 milhões, com o objetivo de reduzir o custo da dívida da empresa, além de propósitos corporativos gerais incluindo investimentos e refinanciamento de dívidas. A operação possui vencimento final em setembro de 2016. Os encargos financeiros tem vencimento semestral em março e setembro, desde março de 2012 até o vencimento. Os custos de transação associados a esta emissão, no valor de R\$ 11.519, são amortizados no resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

CRI - Certificados de Recebíveis Imobiliários

Em 10 de agosto de 2010, a Companhia transferiu, através de integralização de capital, a propriedade de 101 bens reversíveis para sua subsidiária integral Copart 5, cujo valor residual totalizava R\$ 83.572 (valor contábil). A integralização de capital foi efetuada com base no valor contábil dos ativos. A Companhia celebrou contratos de 12 anos de locação dos imóveis transferidos à sua controlada e ao final do contrato a propriedade dos referidos imóveis retorna para a Companhia. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$ 9.747 são

amortizados ao resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

A Copart 5 cedeu os direitos aos fluxos de recebíveis dos contratos de locação à BSCS - *Brazilian Securities* Companhia de Securitização, que emitiu os CRI's lastreados pelos recebíveis dos referidos contratos. Nesses contratos, a Companhia se compromete a efetuar o pagamento dos alugueis a BSCS. Os CRI's foram adquiridos por diversas instituições financeiras no Brasil.

A Copart 5 recebeu o valor do fluxo dos alugueis adiantado no montante de R\$ 510.519, líquidos dos custos da transação (R\$ 10.728), decorrente do recebimento antecipado. Esse montante foi registrado como dívida com prazo de vencimento de 12 anos.

Em conexão com a operação do CRI, em AGE – Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 9 de novembro de 2010, foi aprovada a emissão privada, pela Companhia, de 47 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor nominal unitário de R\$ 10 milhões, totalizando R\$ 470 milhões, com prazo para subscrição de até três anos. Os recursos foram empregados para propósitos corporativos da Companhia. A assinatura da escritura foi em 10 de novembro de 2010 e a subscrição efetuada pela controlada Copart 5, no valor de R\$ 470 milhões, ocorreu no mesmo dia.

O prazo final de vencimento das debêntures é 10 de junho de 2022, sem amortizações intermediárias. Os juros serão pagos semestralmente, nos dias 10 de maio e 10 de novembro de cada ano, a partir de 10 de maio de 2011 até 10 de maio de 2022, com um pagamento final na data de vencimento da emissão em 10 de junho de 2022.

Os ativos e passivos da Copart 5 encontram-se consolidados nos saldos das Demonstrações Financeiras da Companhia, devido aos principais riscos e benefícios dessa transação permanecerem na controladora.

Mútuo com controlada – moeda nacional

A Companhia possui contrato de mútuo com a subsidiária BrT Celular, firmado em 14 de dezembro de 2009. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 houve a captação de R\$ 846.106.

Financiamento em moeda estrangeira

Em dezembro de 2010, a Companhia liquidou antecipadamente a totalidade das “*Senior Notes*” emitidas em fevereiro de 2004 no valor de US\$ 200 milhões.

Debêntures públicas

				CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Emissor	Emissão	Principal	Vencimento	2011	2010	2011	2010
Oi (i)	8ª	R\$ 2.350 milhões	2018	2.353.299		2.353.299	
Oi (ii)	7ª	R\$ 1.000 milhões	2017	1.049.243		1.049.243	
Oi (iii)	5ª	R\$ 1.080 milhões	2013	728.665	1.092.853	728.665	1.092.853

- (i) Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de dezembro de 2011, foi aprovada a 8ª emissão, sendo a 6ª pública, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no mercado local, para distribuição com esforços restritos (conforme termos da instrução CVM nº 476/2009) no valor de R\$ 2.350 milhões (valor unitário de R\$ 1 milhão de reais), em série única. A emissão e subscrição da totalidade das notas ocorreram em 28 de dezembro de 2011. As 2.350 debêntures têm vencimento em 28 de dezembro de 2018, pagamento de juros semestral e pagamento de principal em três parcelas anuais, de igual valor, começando em 28 de dezembro de 2016. Os custos da transação associados a esta emissão, no valor de R\$ 7.547, estão sendo apropriados no resultado conforme os prazos contratuais desta emissão.
- (ii) Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de julho de 2011 e 28 de julho de 2011, foi aprovada a 7ª emissão, sendo a 5ª pública, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no mercado local, para distribuição com esforços restritos (conforme termos da instrução CVM nº 476/2009) no valor de R\$ 1.000 milhões (valor unitário de R\$ 10 milhões de reais), em série única. A emissão ocorreu em 8 de agosto de 2011 e a subscrição da totalidade das notas ocorreu em 10 de agosto de 2011. As 100 debêntures têm vencimento em 8 de agosto de 2017, pagamento de juros anual e pagamento de principal no vencimento final. Os custos da transação associados a esta emissão, no valor de R\$ 10.802, estão sendo apropriados no resultado conforme os prazos contratuais desta emissão.
- (iii) Em 1 de junho de 2006, a Companhia realizou sua 5ª emissão, sendo a 4ª emissão pública, de 108.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10, perfazendo o total de R\$ 1.080 milhões. O prazo de pagamento é de sete anos, vencendo em 1 de junho de 2013 e os juros possuem periodicidade de pagamento semestral. A amortização, que deverá contemplar indistintamente todas as debêntures, dar-se-á anualmente a partir de 1 de junho de 2011, em três parcelas de 33,3%, 33,3% e 33,4% do valor nominal unitário, respectivamente. Em junho de 2011 foi amortizada a primeira parcela de principal mais os juros atualizados no montante total de R\$ 438.750.

Garantias

Os financiamentos do BNDES possuem garantias em recebíveis da Companhia e sua controlada BrT Celular e aval das controladoras no montante de R\$ 2.229.449 (2010 – R\$ 2.588.066).

A 5ª emissão de debênture da Companhia possuía garantia fidejussória, por meio de fiança prestada pela TNL. Em Assembléia realizada em 17 de outubro de 2011, foi aprovada a extinção de tal garantia prestada por meio de fiança da TNL.

As operações do CRI possuem garantias em aval da controladora TMAR. Para maiores detalhes vide Nota 28.

“Covenants”

A Companhia e sua subsidiária BrT Celular possuem obrigações no cumprimento de índices financeiros (“*covenants*”) nos contratos de financiamento junto ao BNDES, outras instituições financeiras e na emissão de Debêntures. Os índices financeiros nos contratos com o BNDES são apurados semestralmente, em junho e dezembro. Os demais são apurados trimestralmente.

Especificamente nos contratos com o BNDES, os índices financeiros são apurados com base nas informações contábeis/financeiras consolidadas da Interviente TNL.

No fechamento das Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2011 todos os índices foram cumpridos.

Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

Em novembro de 2011 a Companhia, TMAR, TNL PCS e BrT Celular contrataram uma linha de crédito rotativo (“*Revolver Credit Facility*”), no valor de US\$ 1 bilhão para um prazo de cinco anos a um custo de Libor +0,90% a.a., junto a um sindicato composto por nove bancos comerciais globais, tendo como líderes os bancos “*Bank of America N.A Merrill Lynch*”, “*Pierce, Fenner & Smith Incorporated*”, “*HSBC Securities (USA) Inc*”, “*RBS Securities Inc*” e “*Citibank N.A.*”. Também participaram do sindicato, em diferentes níveis, os bancos “*Tokio Mitsubishi UFJ*”, “*Barclays PLC*”, “*Deutsche Bank AG*”, “*Morgan Stanley N.A*” e “*Sumitomo Mitsui*”.

A operação foi estruturada de forma que as Companhias possam fazer uso da linha de crédito a qualquer momento, ao longo dos cinco anos contratados. Esta operação forma um significativo colchão de liquidez, fortalecendo a estrutura de capital e perfil de crédito do grupo, além de possibilitar maior eficiência da gestão do caixa.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
Ativos				
Contratos de “ <i>Non Deliverable Forward</i> ” - NDF	7.186		7.186	
Total	7.186		7.186	
Circulante	7.186		7.186	
Passivos				
“ <i>Swaps</i> ” de moeda cruzada– Iene x CDI		70.719		70.719
Contratos de “ <i>Non Deliverable Forward</i> ” – NDF	25.698		25.698	
Total	25.698	70.719	25.698	70.719
Circulante	25.698	70.719	25.698	70.719

A Companhia possuía proteção na modalidade “*swap*” cambial para as operações em moeda estrangeira (Iene), que foram encerradas no primeiro trimestre de 2011.

A Companhia contratou operações de venda de dólar futuro via instrumentos de NDF “*Non Deliverable Forward*” no intuito de se proteger de uma valorização do Real frente àquela moeda. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim variações desfavoráveis contra o caixa da Companhia, mantido no mercado externo em dólar antes da internalização dos recursos do “*Bond*” lançado em 15 de setembro de 2011.

21. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
SMP (i)			676.481	696.159
Concessões do STFC		56.759		56.759
Outras autorizações				3.713
Total		56.759	676.481	756.631
Circulante		56.759	131.984	183.627
Não circulante			544.497	573.004

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviços STFC, obtidas através de leilões.

- (i) O termo de autorização do Direito de Uso de radiofrequências nas faixas 3G para exploração de SMP foi assinado em 29 de abril de 2008, pela BrT Celular, demandando um investimento de R\$ 488.235. Sobre o saldo devedor incide a variação do IST, acrescido de juros de 1% a.m.

A Companhia contratou autorizações do SMP junto a ANATEL entre 2002 e 2004 na mesma área de concessão da telefonia fixa, demandando um investimento de R\$ 220.119. Sobre o saldo devedor incide a variação do IGP-DI, acrescida de 1% a.m.

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	CONSOLIDADO
2012	131.984
2013	135.861
2014	136.036
2015	136.036
2016	136.036
2017 a 2019	528
Total	676.481

22. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
REFIS II - PAES	4.336	4.336	4.336	4.336
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009 (i)	414.795	393.761	442.092	425.626
Total	419.131	398.097	446.428	429.962
Circulante	36.993	32.801	39.238	35.046
Não circulante	382.138	365.296	407.190	394.916

Os valores do novo parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 segregados em principal, multas e juros são compostos como segue:

	CONSOLIDADO				
	2011				2010
	Principal	Multas	Juros	Total	Total
COFINS	152.932	11.157	68.747	232.836	227.671
CPMF	157	65	293	515	484
Imposto de renda	64.163	5.140	36.194	105.497	99.302
Contribuição social	16.112	1.708	10.298	28.118	26.577
INSS – SAT	5.812	3.378	19.768	28.958	27.216
PIS	33.443	2.406	14.099	49.948	48.125
Outros	317	14	225	556	587
Total	272.936	23.868	149.624	446.428	429.962

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2012	36.993	39.238
2013	32.660	34.787
2014	32.660	34.787
2015	32.660	34.787
2016 a 2018	97.979	104.360
2019 a 2021	97.979	104.360
2022 a 2024	88.200	94.109
Total	419.131	446.428

(i) Parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009

A Companhia e algumas de suas controladas aderiram ao Novo Parcelamento de Débitos Tributários Federais, disciplinado pela Lei nº 11.941/2009, incluindo parte dos débitos com a Fazenda Nacional e com o INSS vencidos até 30 de novembro de 2008.

Conforme previsto no art. 1, V, § 9 da Lei, as empresas são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas do novo parcelamento, podendo ser excluídas do programa caso mantenham em aberto três parcelas, consecutivas ou não, ou de uma parcela, estando pagas todas as demais.

Os refinanciamentos foram pactuados em 180 meses. Conforme previsto na legislação de regência e nas portarias que a disciplinaram, as empresas que aderiram ao Programa passaram a fazer o recolhimento mínimo mensal das parcelas, uma vez que seu valor definitivo apenas será obtido após a consolidação dos débitos pela Receita Federal. A Companhia e suas controladas formalizaram junto à Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, dentro do prazo estabelecido pelas portarias conjuntas editadas pelos referidos órgãos, a consolidação dos débitos incluídos nas diversas modalidades do parcelamento da Lei nº 11.941/2009. Os débitos da Companhia e de suas controladas encontram-se em consolidação pela Receita Federal do Brasil. Com a adesão, os depósitos judiciais relacionados aos processos transferidos para o novo parcelamento serão convertidos, na forma da legislação aplicável, em renda para a União.

23. PROVISÕES

Composição do saldo

	Natureza	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2011	2010	2011	2010
	Trabalhista				
(i)	Horas extras	381.156	229.040	388.946	232.483
(ii)	Indenizações	132.364	66.985	134.252	67.885
(iii)	Adicionais diversos	128.094	117.945	133.637	121.886
(iv)	Estabilidade / Reintegração	129.072	80.247	130.891	82.779
(v)	Diferenças salariais	74.676	119.255	77.275	122.016
(vi)	Honorários advocatícios/periciais	48.025	1.338	48.594	1.375
(vii)	Complemento de aposentadoria	26.308	47.363	26.308	47.368
(viii)	Verbas rescisórias	22.897	79.615	23.239	79.920
(ix)	FGTS	17.431	31.434	17.497	31.459
(x)	Multas trabalhistas	8.368	4.118	8.609	4.242
(xi)	Subsidiariedade	6.243	83.506	6.988	84.244
(xii)	Vínculo empregatício	456	1.866	456	3.742
(xiii)	Demais ações	38.709	57.425	41.028	57.814
	Total	1.013.799	920.137	1.037.720	937.213
	Tributária				
(i)	ICMS	247.641	227.997	279.799	254.917
	ISS	996	956	8.283	8.006
(ii)	FUST			4.614	4.164
(ii)	INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	331	301	890	972
	Demais ações	4.651	4.200	6.563	5.823
	Total	253.619	233.454	300.149	273.882
	Cível				
(i)	Societário	2.350.071	2.415.967	2.350.071	2.415.967
(ii)	Estimativas ANATEL	173.882	158.000	177.998	160.640
(iii)	Juizado Especial	109.297	102.262	127.878	120.355
(iv)	Multas ANATEL	93.386	75.931	100.136	79.455
(v)	Demais ações	299.985	293.138	320.939	309.355
	Total	3.026.621	3.045.298	3.077.022	3.085.772
	Total das provisões	4.294.039	4.198.889	4.414.891	4.296.867
	Circulante	1.234.430	1.198.211	1.283.354	1.236.971
	Não circulante	3.059.609	3.000.678	3.131.537	3.059.896

Detalhamento dos processos por natureza de risco (consolidado)

Risco	2011			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Provisões	1.037.720	300.149	3.077.022	4.414.891
Passivo contingente	923.133	2.968.856	648.496	4.540.485

Risco	2010			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Provisões	937.213	273.882	3.085.772	4.296.867
Passivo contingente	2.205.808	2.435.016	779.905	5.420.729

Resumo das movimentações dos saldos de provisões:

	CONTROLADORA			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 01/01/2010	776.850	451.402	3.118.914	4.347.166
Atualização monetária	100.516	57.623	81.648	239.787
Adições / (Reversões)	163.605	(137.612)	366.577	392.570
Baixas por pagamentos / encerramentos	(120.834)	(137.959)	(521.841)	(780.634)
Saldo em 2010	920.137	233.454	3.045.298	4.198.889
Atualização monetária	49.259	35.688	71.772	156.719
Adições / (Reversões)	130.049	6.978	392.657	529.684
Baixas por pagamentos / encerramentos	(85.646)	(22.501)	(483.106)	(591.253)
Saldo em 2011	1.013.799	253.619	3.026.621	4.294.039

	CONSOLIDADO			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 01/01/2010	793.650	486.581	3.153.252	4.433.483
Atualização monetária	102.392	64.352	87.294	254.038
Adições / (Reversões)	164.332	(137.535)	378.296	405.093
Baixas por pagamentos / encerramentos	(123.161)	(139.516)	(533.070)	(795.747)
Saldo em 2010	937.213	273.882	3.085.772	4.296.867
Atualização monetária	48.991	42.498	75.598	167.087
Adições / (Reversões)	143.046	10.626	417.000	570.672
Baixas por pagamentos / encerramentos	(91.530)	(26.857)	(501.348)	(619.735)
Saldo em 2011	1.037.720	300.149	3.077.022	4.414.891

Resumo dos principais objetos vinculados às provisões constituídas e passivos contingentes

Provisões

Trabalhista

- (i) Horas extras – referem-se ao pleito de pagamento salarial e de adicional em razão de trabalho supostamente desempenhado além da jornada ordinariamente contratada;
- (ii) Indenizações – referem-se a valores supostamente decorrentes de acidente de trabalho, veículos locados, doença do trabalho, dano moral e estabilidade provisória;
- (iii) Adicionais diversos – referem-se ao pleito de percepção de adicional de periculosidade, com base na Lei nº 7.369/1985, regulamentada pelo Decreto nº 93.412/1986, em razão de suposto risco por contato do empregado com sistema elétrico de potência, adicional de insalubridade, sobreaviso, adicional de transferência;
- (iv) Estabilidade/Reintegração – refere-se ao pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial do empregado, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa;
- (v) Diferenças salariais e reflexos – referem-se, principalmente, a pedidos de incidência de aumentos salariais decorrentes de negociações sindicais supostamente descumpridas. Já os reflexos dizem respeito à repercussão do aumento salarial supostamente devido nas demais verbas calculadas com base no salário do empregado;

- (vi) Honorários advocatícios/periciais - parcelas a pagar nos processos aos advogados que patrocinam os reclamantes, bem como os peritos nomeados pelo Juízo, quando faz-se necessário, para a instrução processual, de prova técnica pericial;
- (vii) Complemento de aposentadoria – diferenças supostamente devidas no salário de benefício referente a verbas trabalhistas;
- (viii) Verbas rescisórias – referem-se a verbas supostamente não adimplidas na rescisão contratual ou suas diferenças;
- (ix) Complemento de multa FGTS – decorrente de expurgos inflacionários, refere-se a pedidos de complementação da indenização da multa de FGTS, em razão da recomposição das contas desse fundo por expurgos inflacionários.

A Companhia ingressou com ação judicial contra a Caixa Econômica Federal, no intuito de assegurar o ressarcimento de todos os valores que forem pagos a esse título;

- (x) Multas trabalhistas - valores decorrentes do atraso ou não pagamento de determinadas verbas do contrato de trabalho, nos prazos previstos nas legislações vigentes e acordos e convenções coletivas;
- (xi) Responsabilidade solidária/subsidiária – refere-se a pedido de responsabilização da Companhia, feito por empregados de terceiros, em razão de suposta inobservância de seus direitos trabalhistas por seus empregadores diretos;
- (xii) Vínculo empregatício - reclamações de ex-empregados de empresas terceirizadas requerendo o reconhecimento do vínculo empregatício direto com a Companhia e suas controladas, sob o fundamento de terceirização ilícita e/ou configuração dos elementos do vínculo, como subordinação direta;
- (xiii) Demais ações – refere-se a questionamentos diversos relativos a pedidos de readmissão, participação nos resultados, integração de salário, entre outros.

No primeiro trimestre de 2011, a Companhia concluiu o processo de padronização da metodologia de cálculo das provisões para contingências trabalhistas, alinhando seus procedimentos ao praticado pela TMAR. A metodologia considerada anteriormente pela Companhia tinha como base atribuir às causas os valores informados por seus consultores jurídicos externos e o modelo que passou a ser adotado considera a média dos valores históricos em processos de mesma natureza. Como consequência, a Companhia reconheceu efeitos no resultado de R\$ 53.074, contabilizado como outras despesas operacionais na conta “Provisões/reversões” e R\$ 63.566, contabilizado como despesas financeiras na conta “Atualização monetária de provisões”.

Tributária

- (i) Tributos estaduais – exigência de ICMS sobre operações que, no entendimento da Companhia, não são passíveis de tributação por este imposto. Discussões sobre créditos de ICMS tomados pela Companhia, cuja validade ou legalidade é contestada pelos Fiscos Estaduais.

- (ii) Tributos federais – autuações diversas que exigem impostos e contribuições federais sobre fatos qualificados de forma supostamente inadequada pela Companhia ou sobre diferenças na apuração e cálculos destes tributos.

Cível

- (i) Societário – Contratos de Participação Financeira – os contratos de participação financeira surgiram, regrados pelas portarias ministeriais nºs 415/1972, 1.181/1974, 1.361/1976, 881/1990, 86/1991 e 1.028/1996. O assinante participava financeiramente da empresa concessionária, integralizando determinada quantia que, inicialmente, era lançada como recurso capitalizável e, posteriormente, após aprovado aumento de capital pela Assembleia Geral de Acionistas, era lançada no patrimônio líquido da empresa, gerando, assim, a emissão de ações. As demandas ajuizadas contra a antiga CRT - Companhia Riograndense de Telecomunicações, sociedade incorporada pela Companhia, discutem a forma utilizada para realizar a retribuição acionária em virtude dos acima mencionados contratos de participação financeira.

A Companhia provisionava o risco de perda com relação a essas ações, considerando determinadas teses jurídicas. Ao longo do período de 2009, foram proferidas decisões nos tribunais de justiça as quais levaram a Companhia a rever a avaliação de valor e grau de risco atribuído aos processos que discutem a matéria. A Companhia, respeitando, por óbvio, as peculiaridades de cada decisão e apoiada na avaliação de seus consultores jurídicos internos e externos, alterou a sua estimativa sobre a probabilidade de perda de possível para provável. Durante o exercício de 2009, a Administração da Companhia, apoiada em seus consultores jurídicos internos e externos, revisou o processo de mensuração da provisão para contingências relativas aos contratos de participação financeira. A referida revisão contemplou considerações adicionais correspondentes às datas e às teses que nortearam o trânsito em julgado de processos existentes, bem como a utilização de critérios estatísticos, para estimar o valor da provisão para contingências referente aos processos mencionados. A Companhia atualmente provisiona tais valores levando-se em conta, principalmente, (i) as referidas teses acima mencionadas, (ii) a quantidade de processos em aberto por tese e (iii) o valor médio das perdas históricas estratificado por cada tese.

Ao final de 2010, foi divulgada notícia pelo site do STJ - Superior Tribunal de Justiça, que o mesmo fixou critérios de indenização a serem adotados pela Companhia, em benefício de acionistas da extinta CRT, na hipótese de não ser possível a emissão de ações complementares, eventualmente devidas, em razão de decisão condenatória proferida. De acordo com a referida notícia de julgamento, mas cuja decisão final ainda não se tornou definitiva, os critérios deverão ser baseados em (i) na definição da quantidade de ações a que teria direito o reclamante, aferindo-se o capital investido pelo valor patrimonial da ação informado no balancete mensal da companhia na data da respectiva integralização, (ii) após apurada a referida quantidade passa-se à multiplicação do número de ações pelo valor de sua cotação na Bolsa de Valores, vigente no fechamento do pregão do dia do trânsito em julgado da decisão judicial, ocasião em que o reclamante passou a ter o direito às ações e a comercializá-las ou aliená-las e (iii) sobre o resultado obtido, deverão incidir correção monetária (IPC/INPC), a partir do pregão da Bolsa de Valores do dia do trânsito em julgado, e juros legais desde a citação. Quando houver sucessão, o valor de parâmetro será o das ações na Bolsa de Valores da companhia sucessora.

Com base nas informações atuais, a Administração julga que sua estimativa não seria impactada materialmente em 31 de dezembro de 2011, caso tal metodologia já estivesse aprovada. Entretanto, eventuais mudanças poderão ocorrer, caso haja variação significativa nos itens acima, principalmente com relação a cotação de mercado das ações da Companhia.

- (ii) Estimativas ANATEL – refere-se, substancialmente, a descumprimento das obrigações de PGMU – Plano Geral de Metas de Universalização e PGMQ – Plano Geral de Metas de Qualidade;
- (iii) Juizados Especiais Cíveis - questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos;
- (iv) Multas ANATEL – refere-se, substancialmente, as provisões de PADO's – Procedimento de Apuração por Descumprimento de Obrigações, de PGMQ e de RIQ – Regulamento de Indicadores de Qualidade; e
- (v) Demais ações – refere-se a diversas ações em curso abrangendo rescisão contratual, certas agências exigindo a reabertura dos centros de atendimento ao cliente, indenização de ex-fornecedores e empreiteiras, basicamente, em virtude de ações judiciais em que empresas fornecedoras de equipamentos propuseram contra a Companhia, a revisão de condições contratuais por superveniência de plano de estabilização econômica, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais.

Passivo contingente

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

Trabalhista

Referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, e responsabilidade subsidiária, dentre outros, no valor aproximado de R\$ 923.133 (2010 - R\$ 2.205.808).

Durante o exercício de 2011, a Companhia concluiu o processo de padronização da metodologia de cálculo das provisões para contingências trabalhistas, alinhando seus procedimentos ao praticado pela TMAR. A metodologia considerada anteriormente pela Companhia tinha como base atribuir às causas os valores informados por seus consultores jurídicos externos e o modelo que passou a ser adotado considera a média dos valores históricos em processos de mesma natureza. Desta forma há uma redução significativa dos valores do passivo contingente que passam a integrar a composição da média.

Tributária

As principais causas existentes estão representadas pelos seguintes objetos:

- (i) ICMS – diversas autuações fiscais de ICMS, dentre as quais se destacam dois objetos principais: a cobrança de ICMS sobre determinadas receitas de serviços já tributadas pelo ISS ou que não compõem a base de cálculo do ICMS, e o aproveitamento de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos, no montante aproximado de R\$ 1.294.767 (2010 - R\$ 1.119.720);
- (ii) ISS – suposta incidência sobre serviços auxiliares à comunicação e discussão quanto ao enquadramento dos serviços tributados pelos municípios na Lista da Lei Complementar nº 116/2003, no montante aproximado de R\$ 351.593 (2010 - R\$ 356.878);
- (iii) INSS – autuações versando sobre a adição de rubricas no salário de contribuição supostamente devidas pela Companhia, no montante aproximado de R\$ 331.319 (2010 - R\$ 308.273); e
- (iv) Tributos federais – diversas autuações de tributos federais, relativas, principalmente, a glosas efetuadas na apuração dos tributos, erros no preenchimento de obrigações acessórias, repasse de PIS e COFINS e FUST relacionado aos efeitos da mudança de interpretação de sua base de cálculo pela ANATEL. O montante aproximado é de R\$ 991.177 (2010 - R\$ 650.145).

Cível

As principais ações não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de licitação, entre outras. Esses questionamentos perfazem aproximadamente, R\$ 648.496 (2010 - R\$ 779.905).

Cartas de fiança

Com relação às contingências passivas, a Companhia mantém contratos de cartas de fiança firmados com instituições financeiras, a título de garantia complementar de processos judiciais em execução provisória e como garantia de execução de compromissos de abrangência referentes a autorizações concedidas pela ANATEL. O valor atualizado de fianças contratadas pela Companhia e vigentes na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 corresponde a R\$ 2.592.775 (2010 - R\$ 2.791.604) e R\$ 2.697.529 (2010 - R\$ 2.836.335) relativos ao consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

Ativo contingente

A seguir estão apresentadas as demandas judiciais de ordem tributária promovida pela Companhia, através da qual reivindica a recuperação de tributos pagos.

PIS/COFINS: questionamento judicial sobre a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que ampliou a base de cálculo do PIS e da COFINS. O período abrangido pela Lei foi de fevereiro de 1999 a novembro de 2002 para o PIS e fevereiro de 1999 a janeiro de 2004 para a COFINS. Em novembro de 2005, o STF – Superior Tribunal Federal concluiu o julgamento de alguns processos que tratam do tema e considerou inconstitucional a majoração da base de cálculo introduzida pela referida Lei. Parte das ações da Companhia e das empresas concessionárias do STFC da Região II do Plano de Outorgas,

incorporadas pela Companhia em fevereiro de 2000, transitaram em julgado no decorrer de 2006, no que se refere ao alargamento da base de cálculo da COFINS. A Companhia aguarda o julgamento dos processos das demais empresas incorporadas, cuja avaliação de êxito dos assessores jurídicos da Companhia, na entrada futura de recursos, está considerada como provável. O montante atribuído a esses processos, que representam um ativo contingente não reconhecido contabilmente, é de R\$ 20.813 (2010 - R\$ 19.784) e de R\$ 21.304 (2010 - R\$ 20.271) para o consolidado.

24. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
Ações bonificadas a resgatar (i)	1.501.984		1.501.984	
Adiantamento de clientes	95.032	29.064	364.622	316.006
Consignação a favor de terceiros	181.662	224.509	274.281	250.175
Valores a pagar - grupamento de ações	116.603	117.516	116.603	117.516
Valores consorciáveis		53.539		36.591
Provisão para desmobilização de ativos	22.848	21.956	30.577	29.384
Valores a pagar de aval recebido de empresas ligadas	5.940		5.940	
Receitas a apropriar		36.451	201	36.451
Outros	63.482	52.561	82.614	56.300
Total	1.987.551	535.596	2.376.822	842.423
Circulante	1.780.340	476.464	2.014.762	611.805
Não circulante	207.211	59.132	362.060	230.618

(i) Refere-se ao registro da bonificação de ações a resgatar provenientes da reorganização societária, conforme divulgado na Nota 31 (a).

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 3.731.059 (2010 - R\$ 3.731.059), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

	Quantidade (em milhares de ações)	
	2011	2010
Capital total em ações		
Ações ordinárias	203.423	203.423
Ações preferenciais	399.597	399.597
Total	603.020	603.020
Ações em tesouraria		
Ações preferenciais	13.231	13.231
Total	13.231	13.231
Ações em circulação		
Ações ordinárias	203.423	203.423
Ações preferenciais	386.366	386.366
Total em circulação	589.789	589.789
Valor patrimonial por ação em circulação	17,95	19,22

Na apuração do cálculo do valor patrimonial estão deduzidas as ações preferenciais e ordinárias mantidas em tesouraria.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, até o limite total de 800 milhões de ações ordinárias ou preferenciais, observado o limite legal de 2/3 (dois terços) no caso de emissão de novas ações preferenciais sem direito a voto.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, o capital da Companhia poderá ser aumentado pela capitalização de lucros acumulados ou de reservas anteriores a isto destinados pela Assembleia Geral. Nestas condições, a capitalização poderá ser feita sem modificação do número de ações.

O capital social é representado por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, não havendo obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre elas.

Por deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, pode ser excluído o direito de preferência para emissão de ações, bônus de subscrição ou debêntures conversíveis em ações, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei das Sociedades por Ações.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses dos parágrafos 1º a 3º do art. 12 do estatuto social, sendo a elas assegurada prioridade no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 6% a.a., calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações ou de 3% a.a., calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações, o que for maior.

(b) Ações em tesouraria

As ações em tesouraria são originadas de programas de recompra realizados durante os exercícios de 2002 a 2004. Na data de 13 de setembro de 2004 foi divulgado o fato relevante da última proposta aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, para recompra de ações preferenciais de própria emissão, para permanência em tesouraria ou cancelamento, ou posterior alienação.

A posição das ações em tesouraria é a seguinte:

	Ações preferenciais	Valor
Saldo em 2010	13.231.556	149.642
Ações alienadas	(3)	
Saldo em 2011	13.231.553	149.642

Custo histórico na aquisição das ações em tesouraria (R\$ por ação)	2011	2010
Médio ponderado	11,31	11,31
Mínimo	10,31	10,31
Máximo	13,80	13,80

O custo unitário na aquisição considera a totalidade dos programas de recompra de ações.

Valor de mercado das ações em tesouraria

O valor de mercado das ações em tesouraria na data de encerramento do exercício era o seguinte:

	2011	2010
Quantidade de ações preferenciais em tesouraria	13.231.553	13.231.556
Cotação por ação na BOVESPA (R\$)	10,88	12,00
Valor de mercado	143.959	158.779

Segue abaixo quadro demonstrativo, considerando a dedução do valor das ações em tesouraria dos saldos das reservas que deram origem a recompra:

	Ágio na subscrição de ações		Outras reservas de capital	
	2011	2010	2011	2010
Saldo contábil das reservas	372.670	458.684	126.372	126.372
Ações em tesouraria	(99.822)	(99.822)	(49.820)	(49.820)
Saldo, líquido das ações em tesouraria	272.848	358.862	76.552	76.552

(c) Reservas de capital

As reservas de capital são constituídas em conformidade com as seguintes práticas:

Reserva de ágio na subscrição de ações: resultado da diferença entre o valor pago na subscrição e o valor destinado ao capital.

Reserva especial de ágio na incorporação: representa o valor líquido da contrapartida do valor do crédito tributário, conforme disposições da Instrução CVM nº 319/1999. A reserva poderá ser capitalizada na medida em que o ágio que lhe deu origem for amortizado, em benefício de todos os acionistas.

Reserva de doações e subvenções para investimentos: constituída em razão de doações e subvenções recebidas antes do início do exercício social de 2008 e cuja contrapartida representa um ativo recebido pela Companhia.

Reserva de correção monetária especial da Lei nº 8.200/1991: constituída em razão dos ajustes de correção monetária especial do ativo permanente e cuja finalidade foi a compensação de distorções nos índices de correção monetária anteriores a 1991.

Reserva de opções de ações: conta constituída em razão das opções de ações, outorgadas e reconhecidas de acordo com os planos de pagamentos com base em ações, e liquidada com instrumentos do patrimônio líquido.

Juros sobre obras em andamento: formadas pela contrapartida de juros sobre obras em andamento incorridos até 31 de dezembro de 1998 e pelos recursos aplicados em incentivos fiscais de imposto de renda, antes do início do exercício social de 2008.

Outras reservas de capital: formadas pela contrapartida de juros sobre obras em andamento incorridos até 31 de dezembro de 1998 e pelos recursos aplicados em incentivos fiscais de imposto de renda, antes do início do exercício social de 2008.

(d) Reservas de lucros

As reservas de lucros são constituídas de acordo com as seguintes práticas:

Reserva legal: destinação de 5% do lucro anual até o limite de 20% do capital social realizado. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, supera em 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

Reserva para investimentos: formada pelos saldos de lucros do exercício, ajustados nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e destinados após o pagamento dos dividendos. Os saldos de lucros

dos exercícios que contribuem para a formação desta reserva foram integralmente destinados como lucros retidos pelas respectivas assembleias gerais de acionistas, face ao orçamento de investimentos da Companhia e de acordo com o art. 196 da Lei das Sociedades por Ações. Até o encerramento do exercício de 2007 a retenção de lucros para investimentos permanecia na conta de lucros acumulados, em linha com o art. 8º da Instrução CVM nº 59/1986. Com a vigência da Lei nº 11.638/2007, que determina que não deve permanecer saldo na conta de lucros acumulados ao final do exercício, a referida retenção de lucros remanescentes integra esta reserva para investimentos.

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976 e os preferenciais ou prioritários de conformidade com o estabelecido no estatuto da Companhia.

Por deliberação do Conselho de Administração a Companhia pode pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 43 do estatuto social.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apurou lucro no exercício no montante de R\$ 1.005.731. De acordo com a proposta da Administração da Companhia, sujeita a aprovação da AGO – Assembleia Geral Ordinária, o saldo do lucro do exercício foi destinado da seguinte forma: (i) dividendo obrigatório no montante de R\$ 251.433 e (ii) para o pagamento de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório o valor de R\$ 1.748.567, sendo o montante de R\$ 754.298, com base no resultado do exercício e R\$ 994.269, com base na de Reserva de investimentos.

Conforme AGO da Companhia realizada em 27 de abril de 2011, foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício de 2010 no montante de R\$ 1.971.023 da seguinte forma: (i) constituição da reserva de investimentos no montante de R\$ 1.431.365, (ii) pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 363.176 e (iii) dividendos complementares aos juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 176.482. Os lucros acumulados provenientes do reprocessamento do exercício de 2009 em função da adoção das normas internacionais de contabilidade, no montante de R\$ 70.619 foram destinados para constituição da reserva de investimento naquele exercício.

Dividendos mínimos obrigatórios calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976

	2011	2010
Lucro líquido do exercício	1.005.731	1.971.023
Reserva legal - 5%		
Lucro líquido ajustado	1.005.731	1.971.023
Dividendos mínimos obrigatórios	251.433	492.755
Juros sobre o capital próprio bruto		363.176
IRRF s/ Juros sobre o capital próprio		(46.903)
Juros sobre o capital próprio líquido		316.273
Dividendos provisionados em complemento aos juros sobre o capital próprio		176.482
Total da remuneração dos acionistas	251.433	492.755

Dividendos e JSCP - Juros Sobre o Capital Próprio Creditados

A Companhia creditou JSCP a seus acionistas durante o exercício de 2010, de acordo com a posição acionária na data de cada crédito efetuado. Na data de encerramento do exercício, os JSCP creditados, líquidos do imposto de renda retido na fonte, foram imputados aos dividendos e integram a proposta para destinação de resultados aprovada pela AGO de acionistas.

Os dividendos mínimos estatutários das ações preferenciais do exercício de 2011 foram calculados como segue:

	2011
I - Critério de 6% a.a. sobre o capital social	
Capital social subscrito	3.731.059
Total de ações em circulação (*)	589.789
Total de ações preferenciais em circulação (*)	386.366
Base de cálculo	2.444.186
Percentual do dividendo mínimo estatutário	6%
Dividendo mínimo estatutário	146.651
II - Critério de 3% sobre o valor do patrimônio líquido da ação	
Patrimônio líquido	10.840.235
Total de ações em circulação (*)	589.789
Total de ações preferenciais em circulação (*)	386.366
Base de cálculo	7.101.350
Percentual do dividendo mínimo estatutário	3%
Dividendo mínimo estatutário	213.040

(*) em milhares de ações

Segue o demonstrativo dos dividendos do exercício de 2011:

	2011		
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Dividendos (valores históricos)			
Dividendos mínimos obrigatórios (em 31 de dezembro de 2011)	38.393	213.040	251.433
Dividendos adicionais propostos	651.424	1.097.143	1.748.567
Total	689.817	1.310.183	2.000.000

	2011	
	Valor por ação/em Reais	
	Ações ordinárias	Ações preferenciais
Dividendos (valores históricos) - Propostos em 31 de dezembro de 2011	0,188732	0,551396
Dividendos adicionais propostos	3,202312	2,839648
Total	3,391044	3,391044

(f) Lucro por ação básico e diluído

Os acionistas ordinaristas e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro por ação básico e diluído foi calculado com base no lucro do exercício disponível para os mesmos.

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia possuía categoria de ações potenciais diluídas provenientes de opções de compra de ações, mencionado na Nota 26, que foi considerado no cálculo do lucro por ação diluído, em 2010. O plano de opções foi encerrado no final de 2011.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro por ação básico e diluído:

	2011	2010
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	1.005.731	1.971.023
Lucro alocado às ações ordinárias – básicas e diluídas	346.885	679.822
Lucro alocado às ações preferenciais – básicas e diluídas	658.846	1.291.201
Média ponderada das ações em circulação		
Ações ordinárias – básicas	203.423.176	203.423.176
Ações ordinárias – diluídas	203.423.176	203.423.176
Ações preferenciais – básicas	386.365.814	386.365.814
Ações preferenciais – diluídas	386.365.814	386.387.781
Lucro por ação (Em Reais):		
Ações ordinárias – básicas	1,71	3,34
Ações ordinárias – diluídas	1,71	3,34
Ações preferenciais - básicas	1,71	3,34
Ações preferenciais - diluídas	1,71	3,34

26. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

(a) Fundos de pensão

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria (“Fundos de Pensão”) aos seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 31 de dezembro de 2011.

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras	Gestor
TCSPREV	Oi, BrT Celular, VANT, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
BrTPREV	Oi, BrT Celular, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
Fundador / Alternativo	Oi	FATL
TelemarPrev	Oi	FATL
PAMEC	Oi	Oi
PBS-A	Oi	Sistel

Sistel – Fundação Sistel de Seguridade Social

FATL – Fundação Atlântico de Seguridade Social

A Companhia, para efeitos de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como “Patrocinadora”.

Em 1 de janeiro de 2010 os planos de benefícios de previdência complementar, que até então estavam sob administração das Fundação 14 de Previdência Privada e Fundação BrTPREV, foram transferidos para administração da FATL.

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, as avaliações atuariais foram realizadas pela Mercer Human Resource Consulting Ltda. Os estatutos sociais prevêm a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio.

Para os planos que apresentam situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras ou disponíveis na forma de reembolsos.

A Administração da Companhia encontra-se, atualmente, avaliando a possibilidade de incorporar o plano Fundador/Alternativo pelo plano BrTPREV, bem como os eventuais impactos desse processo nas provisões consignadas em suas Demonstrações Financeiras. A Companhia estima que o referido processo de estudo e aprovação do assunto pelos órgãos de sua Administração ocorram até o encerramento do exercício de 2012.

Provisões para fundos de pensão

Referem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido, conforme demonstração a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
Planos BrTPREV e Fundador/Alternativo	618.003	646.444	620.149	650.305
Plano PAMEC	3.554	3.001	3.554	3.001
Total	621.557	649.445	623.703	653.306
Circulante	75.599	74.080	77.745	77.941
Não circulante	545.958	575.365	545.958	575.365

Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras

A Companhia reconheceu um ativo junto ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído à patrocinadora.

O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
Plano TCSPREV	110.187	90.249	112.525	92.619
Plano PBS-A	80.238		80.238	
Total	190.425	90.249	192.763	92.619
Circulante	50.149		50.149	
Não circulante	140.276	90.249	142.614	92.619

Características dos planos de previdência complementar patrocinados

1) FATL

A FATL, entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada e multiplano, é pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objetivo administrar e executar planos de benefícios previdenciários para os empregados e dirigentes de suas patrocinadoras.

Planos

(i) BrTPREV

Plano de contribuição variável, lançado em outubro de 2002, destinado à concessão de benefícios previdenciários suplementares aos da previdência oficial e que atendia inicialmente apenas aos empregados vinculados à filial Rio Grande do Sul. Este plano passou a ser oferecido também aos novos empregados da Companhia e de suas controladas durante o período de março de 2003 a fevereiro de 2005, quando foi suspenso o oferecimento do mesmo, sendo um plano fechado ao ingresso de novos participantes. O BrTPREV atende atualmente cerca de 10,08% do quadro de empregados.

As contribuições para este plano são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil, obedecendo ao regime de capitalização para a determinação do custeio. Os valores contribuídos são creditados em contas individuais de cada participante, de forma paritária entre o empregado e a patrocinadora, cujos percentuais de contribuição básica variam de 3% a 8% do salário de participação, conforme a idade do participante. Opcionalmente o participante pode fazer aportes adicionais para o plano, porém, sem a paridade da patrocinadora. Exceto para os participantes autopatrocinados e em diferimento de benefício, as patrocinadoras são responsáveis pelo custeio de todas as despesas administrativas e benefícios de risco.

(ii) Fundador/Alternativo

Plano de benefício definido, destinado à concessão de benefícios previdenciários suplementares aos da previdência oficial, fechado ao ingresso de novos participantes, originado da incorporação do plano Fundador-BrT pelo plano Alternativo-BrT, conforme a Portaria PREVIC nº 2.627/2008, constituindo-se em um plano único, sem alteração de regras para os participantes e assistidos, passando a denominar-se plano Fundador/Alternativo. Atualmente, esse plano atende cerca de 0,13% do quadro de empregados.

A contribuição normal da patrocinadora para este plano é paritária à contribuição normal do participante, cujas taxas são variáveis conforme a idade, tempo de serviço e salário. Para os participantes vinculados às regras do antigo Plano Alternativo-BrT, as contribuições estão limitadas a três vezes o teto de benefício do INSS e o participante também paga uma “jóia”, dependendo da idade que ingressou no plano.

(iii) TCSPREV

Plano de contribuição variável, lançado em 28 de fevereiro de 2000. Em 31 de dezembro de 2001 ocorreu a fusão de todos os planos previdenciários patrocinados, na época, junto à SISTEL, com aprovação em caráter excepcional e precário pela PREVIC, do documento encaminhado àquele Órgão, face à necessidade de ajustes no regulamento. Desta forma, o TCSPREV é constituído por grupos de contribuição definida, de benefício saldado e de benefício definido. Os planos que se agregaram ao TCSPREV foram o PBS-TCS, PBT-BrT, Convênio de Administração BrT e Termo de Relação Contratual Atípica, sendo mantidas as condições estabelecidas nos planos de origem.

Em 18 de setembro de 2008 foi publicada no DOU, a Portaria PREVIC/MPS nº 2.521/2008, que aprovou o novo regulamento do plano, reconhecendo de caráter pleno o que havia sido aprovado na condição de excepcional e precário em 31 de dezembro de 2001. O novo regulamento contempla também a adequação necessária para atender aos aspectos atualmente exigidos pela legislação da previdência complementar.

Em março de 2003 o Plano TCSPREV deixou de ser oferecido aos novos contratados das patrocinadoras. Porém, no que se refere ao grupo de contribuição definida, este plano voltou a ser oferecido a partir de março de 2005. O TCSPREV atende atualmente a cerca de 33,51% do quadro de empregados.

As contribuições para este plano, por grupo de participantes, são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil, obedecendo ao regime de capitalização para a determinação do custeio. Atualmente, apenas para os grupos internos PBS-TCS (benefício definido) e TCSPREV (contribuição definida) existem contribuições dos participantes e da patrocinadora. No grupo TCSPREV, os valores contribuídos são

creditados em contas individuais de cada participante, de forma paritária entre o empregado e a patrocinadora, cujos percentuais de contribuição básica variam de 3% a 8% do salário de participação, conforme a idade do participante. Opcionalmente o participante pode efetuar aportes adicionais para o plano, porém, sem a paridade da patrocinadora. No grupo PBS-TCS, a contribuição da patrocinadora corresponde a 12% sobre a folha de salários dos participantes do grupo, enquanto que a do empregado varia de acordo com a idade, tempo de serviço e salário, podendo também pagar uma “jóia” dependendo da idade que ingressou no plano. Exceto para os participantes autopatrocinados e em diferimento de benefício, as patrocinadoras são responsáveis pelo custeio de todas as despesas administrativas e benefícios de risco.

Através da Portaria nº 2.792/2009, a PREVIC autorizou a transferência de gerenciamento do plano de benefícios TCSPREV para a Fundação Atlântico de Seguridade Social.

(iv) TelemarPrev

Plano de contribuição variável, passou a ser patrocinado pela Companhia em 2010.

Os benefícios assegurados pelo plano aos participantes classificam-se em: (i) benefícios de risco - suplementações e (ii) benefícios programáveis - rendas.

A contribuição normal do participante é composta de duas parcelas: (i) básica - equivalente a 2% do salário de participação, e (ii) padrão - equivalente a 3% incidentes sobre a diferença positiva entre o total do salário de participação e a parcela previdenciária. A contribuição extraordinária adicional do participante é de caráter facultativo, em percentual que represente múltiplos de 0,5% do salário de participação, e por prazo não inferior a seis meses.

Contribuições extraordinárias eventuais do participante, também em caráter facultativo, não poderão ser inferiores a 5% do teto do salário de participação.

O regulamento do plano estabelece a paridade de contribuição entre participantes e patrocinadoras, até o limite de 8% do salário de participação, observando que a patrocinadora não é obrigada a acompanhar as contribuições extraordinárias feitas pelo participante. O regime financeiro de determinação do custeio do plano é o de capitalização.

2) Plano assistencial administrado pela Companhia

(i) PAMEC-BrT – Plano de Assistência Médica ao Complementado (benefício definido)

O plano de benefício definido, destinado à assistência médica dos aposentados e pensionistas vinculados ao TCSPREV que é administrado pela FATL.

As contribuições para o PAMEC-BrT foram pagas integralmente em julho de 1998, através de dotação única. Todavia, como este plano passou a ser administrado pela Companhia, após a transferência da administração pela Fundação 14 em novembro de 2007, não há patrimônio constituído para cobrir os gastos correntes, estando a obrigação atuarial integralmente reconhecida no passivo da Companhia.

3) SISTEL

A SISTEL é uma entidade de direito privado, de fins previdenciais, assistenciais e não-lucrativos, constituída em novembro de 1977, e tem por objetivo, instituir planos privados de concessão de pecúlios ou de rendas, de benefícios complementares ou assemelhados da previdência oficial, aos empregados e seus familiares vinculados às patrocinadoras da SISTEL.

Planos

(i) PBS-A

O plano de benefício definido, mantido solidariamente em conjunto com outras patrocinadoras vinculadas à prestação de serviços de telecomunicações, destinado aos participantes que se encontravam na condição de assistidos em 31 de janeiro de 2000.

As contribuições ao PBS-A estão condicionadas à apuração de déficit acumulado. Em 31 de dezembro de 2011, data da última avaliação atuarial, este plano apresentou situação superavitária.

Insuficiência atuarial dos planos

A reserva matemática a amortizar, referente ao valor atual da contribuição suplementar da Companhia, face à insuficiência atuarial dos planos administrados pela BrTPREV, teve o prazo máximo de liquidação estabelecido em 20 anos, contados a partir de janeiro de 2002, conforme o Ofício nº 66/PREVIC/GAB/COA, de 25 de janeiro de 2002, da PREVIC. Desse prazo máximo determinado restam 10 anos para a quitação total.

Através da Portaria nº 2.792/2009, a PREVIC autorizou a transferência de gerenciamento dos planos de benefícios da Fundação BrTPREV para a Fundação Atlântico de Seguridade Social, entidade patrocinada pelo Grupo Oi.

O plano Fundador/Alternativo está com suas contribuições suspensas judicialmente.

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social (BrTPREV e Fundação 14)

A seguir estão apresentados os dados dos planos de previdência privada patrocinados que mantém obrigações de benefício definido:

	CONTROLADORA			
	2011	2010	2011	2010
	BrTPREV, Alternativo e Fundador		TCSPREV	
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	1.848.870	1.698.140	388.611	353.887
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	51.388	42.647	81.759	65.718
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	1.900.258	1.740.787	470.370	419.605
Valor justo dos ativos do plano	(1.210.853)	(1.102.591)	(1.372.134)	(1.238.897)
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	689.405	638.196	(901.764)	(819.292)
Perda (Ganhos) atuariais não reconhecidos	(71.402)	8.248	11.628	11.628
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19			779.949	717.415
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido ⁽¹⁾	618.003	646.444	(110.187)	(90.249)

	CONSOLIDADO			
	2011	2010	2011	2010
	BrTPREV, Alternativo e Fundador		TCSPREV	
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	1.849.787	1.698.979	388.728	353.990
Obrigações atuariais com benefícios a conceder	55.220	45.345	83.085	66.693
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	1.905.007	1.744.324	471.813	420.683
Valor justo dos ativos do plano	(1.213.900)	(1.104.844)	(1.376.344)	(1.242.078)
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	691.107	639.480	(904.531)	(821.395)
Perda (Ganhos) atuariais não reconhecidos	(70.958)	10.825	12.057	11.362
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19			779.949	717.414
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido ⁽¹⁾	620.149	650.305	(112.525)	(92.619)

⁽¹⁾ A Companhia determina o valor disponível para abatimento de contribuições futuras de acordo com as disposições legais aplicáveis e o regulamento do plano de benefícios. O valor do ativo vinculado ao Plano TCSPREV reconhecido nas Demonstrações Financeiras da Companhia, no valor de R\$ 112.525 (2010 - R\$ 92.619), não ultrapassa o valor presente das contribuições futuras.

	CONTROLADORA			
	BrTPREV, Alternativo e Fundador		TCSPREV	
	2011	2010	2011	2010
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.740.787	1.589.251	419.605	392.875
Juros sobre obrigações atuariais	180.021	173.142	43.719	41.893
Custo do serviço corrente	1.434	3.532	1.057	2.062
Benefícios pagos líquidos	(154.974)	(135.207)	(29.026)	(26.842)
(Ganho) ou Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	132.990	110.069	35.015	9.617
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	1.900.258	1.740.787	470.370	419.605
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.102.591	934.120	1.238.897	1.107.955
Rendimentos dos ativos do plano	119.204	106.056	134.046	130.709
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	53.339	99.084	28.217	27.075
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	90.693	98.538		
Pagamento de benefícios	(154.974)	(135.207)	(29.026)	(26.842)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.210.853	1.102.591	1.372.134	1.238.897
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	689.405	638.196	(901.764)	(819.292)
(Ganho) ou Perda atuariais não reconhecidos	(71.402)	8.248	11.628	11.628
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19			779.949	717.415
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido	618.003	646.444	(110.187)	(90.249)

	CONSOLIDADO			
	BrTPREV, Alternativo e Fundador		TCSPREV	
	2011	2010	2011	2010
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.744.324	1.595.132	420.683	394.373
Juros sobre obrigações atuariais	180.365	173.808	43.844	42.047
Custo do serviço corrente	1.807	4.486	1.161	1.973
Benefícios pagos líquidos	(155.039)	(135.274)	(29.035)	(26.849)
(Ganho) ou Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	133.550	106.172	35.160	9.139
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	1.905.007	1.744.324	471.813	420.683
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.104.844	937.590	1.242.078	1.112.181
Rendimentos dos ativos do plano	119.414	106.456	134.393	131.221
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	53.989	97.533	28.908	25.506
Contribuições normais recebidas pelo plano	53	23		19
Patrocinadora				19
Participantes	53	23		
Contribuições amortizantes recebidas da patrocinadora	90.692	98.539		
Pagamento de benefícios	(155.092)	(135.297)	(29.035)	(26.849)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.213.900	1.104.844	1.376.344	1.242.078
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	691.107	639.480	(904.531)	(821.395)
(Ganho) ou Perda atuariais não reconhecidos	(70.958)	10.825	12.057	11.362
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19			779.949	717.414
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido	620.149	650.305	(112.525)	(92.619)

	CONTROLADORA			
	BrTPREV, Alternativo e Fundador		TCSPREV	
	2011	2010	2011	2010
DESPESA (RECEITA) RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA COMPANHIA⁽¹⁾				
Custo do serviço corrente	1.434	3.532	1.057	2.062
Juros sobre obrigações atuariais	180.021	173.143	43.719	41.893
Rendimento dos ativos do plano	(119.204)	(106.056)	(134.046)	(130.709)
Amortização dos (ganhos) perdas atuariais, líquida			6.797	(17.456)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19			62.535	137.183
Total da despesa (receita) reconhecida	62.251	70.619	(19.938)	32.973

	CONSOLIDADO			
	BrTPREV, Alternativo e Fundador		TCSPREV	
	2011	2010	2011	2010
DESPESA (RECEITA) RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA COMPANHIA⁽¹⁾				
Custo do serviço corrente	1.807	4.486	1.161	1.973
Custo dos juros	180.365	173.808	43.844	42.047
Rendimento dos ativos do plano	(119.414)	(106.456)	(134.393)	(131.221)
Amortização dos (ganhos) perdas atuariais, líquida	(2.222)		6.947	(17.489)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19			62.535	137.183
Total da despesa (receita) reconhecida	60.536	71.838	(19.906)	32.493

⁽¹⁾ A Companhia apresentou no exercício de 2011 um acréscimo do superávit do plano TCSPREV, reconhecendo desta forma R\$ 19.906, em outras receitas operacionais. Em 2010 apresentou uma redução do superávit do Plano TCSPREV reconhecendo R\$ 32.493, em outras despesas operacionais.

As contribuições das patrocinadoras para os planos de pensão, previstas para o exercício de 2012, são no montante de R\$ 101.455.

	BrTPREV, Alternativo e Fundador		TCSPREV	
	2011	2010	2011	2010
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	10,35%	10,77%	10,35%	10,77%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	9,31%	7,95%	9,31%	7,95%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,50%	11,61%	11,50%	12,09%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs	Zimmermann Nichzugs
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Taxa de rotatividade	5,5% a.a	15% a.a	5,5% a.a	15% a.a

INFORMAÇÕES ADICIONAIS – 2011				
a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2011.				
b) Os dados cadastrais utilizados são de 31 de agosto de 2011, projetados para 31 de dezembro de 2011.				

Situação dos planos patrocinados, reavaliados na data de encerramento do exercício social (Sistel e PAMEC)

	CONTROLADORA			
	PBS-A		PAMEC	
	2011	2010	2011	2010
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	767.124	714.094	3.720	3.569
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	767.124	714.094	3.720	3.569
Valor justo dos ativos do plano	(1.198.834)	(1.192.596)		
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(431.710)	(478.502)	3.720	3.569
Ganhos/Perdas atuariais não reconhecidas			(166)	(568)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	351.472	478.502		
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido	(80.238)		3.554	3.001

	CONSOLIDADO			
	PBS-A		PAMEC	
	2011	2010	2011	2010
CONCILIAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS				
Obrigações atuariais com benefícios concedidos	767.124	714.094	3.720	3.569
(=) Total do valor presente das obrigações atuariais	767.124	714.094	3.720	3.569
Valor justo dos ativos do plano	(1.198.834)	(1.192.596)		
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido	(431.710)	(478.502)	3.720	3.569
Ganhos/Perdas atuariais não reconhecidas			(166)	(568)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	351.472	478.502		
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido	(80.238)		3.554	3.001

	CONTROLADORA			
	PBS-A		PAMEC	
	2011	2010	2011	2010
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	714.094	624.068	3.569	3.054
Juros sobre obrigações atuariais	73.681	67.994	382	340
Benefícios pagos líquidos	(65.757)	(64.034)	(40)	(88)
(Ganho) ou Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	45.106	86.066	(191)	263
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	767.124	714.094	3.720	3.569
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.192.596	973.464		
Rendimento esperado no ano	134.982	92.140		
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	(62.987)	191.026		
Contribuições normais recebidas pelo plano			40	88
Patrocinadora			40	88
Pagamento de benefícios	(65.757)	(64.034)	(40)	(88)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.198.834	1.192.596		
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(431.710)	(478.502)	3.720	3.569
Ganhos/Perdas atuariais não reconhecidas			(166)	(568)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	351.472	478.502		
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido	(80.238)		3.554	3.001

	CONSOLIDADO			
	PBS-A		PAMEC	
	2011	2010	2011	2010
MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO/(ATIVO) ATUARIAL LÍQUIDO				
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	714.094	624.068	3.569	3.054
Juros sobre obrigações atuariais	73.681	67.994	382	340
Benefícios pagos líquidos	(65.757)	(64.034)	(40)	(88)
(Ganho) ou Perda atuarial sobre a obrigação atuarial	45.106	86.066	(191)	263
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	767.124	714.094	3.720	3.569
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.192.596	973.464		
Rendimento esperado no ano	134.982	92.140		
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	(62.987)	191.026		
Contribuições normais recebidas pelo plano			40	88
Patrocinadora			40	88
Pagamento de benefícios	(65.757)	(64.034)	(40)	(88)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	1.198.834	1.192.596		
(=) Valor do passivo/(ativo) atuarial líquido	(431.710)	(478.502)	3.720	3.569
Ganhos/Perdas atuariais não reconhecidas			(166)	(568)
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	351.472	478.502		
(=) Passivo/(Ativo) atuarial líquido reconhecido	(80.238)		3.554	3.001

	CONTROLADORA			
	PBS-A		PAMEC	
	2011	2010	2011	2010
DESPESA (RECEITA) RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA COMPANHIA				
Juros sobre obrigações atuariais	73.681	67.994	382	340
Rendimento (perda) dos ativos do plano	(134.982)	(92.140)		
Amortização dos (ganhos) perdas atuariais, líquida	108.092	(104.959)	211	42
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	(127.029)	129.105		
Total da despesa (receita) reconhecida	80.238		593	382

	CONSOLIDADO			
	PBS-A		PAMEC	
	2011	2010	2011	2010
DESPESA (RECEITA) RECONHECIDA NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA COMPANHIA				
Juros sobre obrigações atuariais	73.681	67.994	382	340
Rendimento (perda) dos ativos do plano	(134.982)	(92.140)		
Amortização dos (ganhos) perdas atuariais, líquida	108.092	(104.959)	211	42
Efeito do limite do parágrafo 58(b) do CPC 33/IAS 19	(127.029)	129.105		
Total da despesa (receita) reconhecida	80.238		593	382

	PBS-A		PAMEC	
	2011	2010	2011	2010
PRINCIPAIS PREMISSAS ATUARIAIS UTILIZADAS				
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial (6% + Inflação)	10,35%	10,77%	10,35%	10,77%
Taxa estimada de inflação	4,50%	4,50%	4,50%	4,50%
Índice de aumento salarial nominal estimado	N/A	N/A	N/A	N/A
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,50%	4,50%	N/A	N/A
Taxa de crescimento nominal dos custos médicos	N/A	N/A	7,64%	7,64%
Taxa de rendimento nominal total esperada sobre os ativos do plano	11,61%	9,76%	N/A	N/A
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT2000	AT2000	AT2000	AT2000
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Zimmermann Nichugs	Zimmermann Nichugs	N/A	N/A
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss	Winklevoss
Taxa de rotatividade	Nula	Nula	Nula	Nula

N/A = Não aplicável.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS – 2011

a) Os ativos e passivos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2011.
b) Os dados cadastrais utilizados para o PBS-A é 31 de julho de 2011 e PAMEC é 31 de outubro de 2011, ambos projetados para 31 de dezembro de 2011.

A estratégia de investimento dos planos de benefício está descrita em sua política de investimento, a qual é aprovada anualmente pelo conselho deliberativo dos fundos patrocinados. Ela define que as decisões de investimento devem considerar: (i) a preservação do capital; (ii) a diversificação das aplicações; (iii) a tolerância a riscos segundo premissas conservadoras; (iv) a taxa esperada de retorno em função da exigibilidade atuarial; (v) a compatibilidade entre liquidez do investimento e o fluxo de caixa dos planos e (vi) custos razoáveis de administração. Ela também define as faixas de volume para os diferentes tipos de investimento permitidos para os fundos de pensão, as quais são: renda fixa nacional, renda variável nacional, empréstimos a participantes e investimentos imobiliários. Na carteira de renda fixa somente são permitidos títulos com baixo risco de crédito. Instrumentos derivativos só são permitidos para fins de proteção. Empréstimos estão restritos a determinados limites de crédito. A alocação tática é decidida pelo comitê de investimento, composto pelos executivos dos planos de benefício. A execução é efetuada pelo departamento financeiro.

Os limites médios estabelecidos para os diferentes tipos de investimentos permitidos para os fundos de pensão são os seguintes:

SEGMENTO DO ATIVO	BrTPREV, Alternativo e Fundador	TCSPREV	PBS-A
Renda fixa	100,00%	100,00%	100,00%
Renda variável	70,00%	70,00%	70,00%
Investimentos estruturados	20,00%	20,00%	20,00%
Investimentos no exterior	10,00%	10,00%	10,00%
Imóveis	8,00%	8,00%	8,00%
Empréstimos a participantes	15,00%	15,00%	15,00%

A alocação dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2011 está demonstrada a seguir:

SEGMENTO DO ATIVO	BrTPREV, Alternativo e Fundador	TCSPREV	PBS-A
Renda fixa	81,00%	81,00%	74,70%
Renda variável	16,00%	16,00%	20,25%
Investimentos estruturados			
Investimentos no exterior			
Imóveis	2,00%	2,00%	3,85%
Empréstimos a participantes	1,00%	1,00%	1,20%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

(b) Participações dos empregados nos lucros

O plano de participação nos lucros foi instituído em 1999, como forma de incentivar os empregados a alcançar as metas individuais e corporativas, melhorando o retorno dos acionistas. O plano entra em vigor quando são atingidas as seguintes metas:

- Cumprimento de metas de valor adicionado econômico (indicadores de lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização, além de indicadores de valor econômico adicionado); e
- Indicadores operacionais, qualidade e mercado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas registraram provisões com base nas estimativas do cumprimento dessas metas, no montante total de R\$ 20.734 (2010 – R\$ 96.344).

As diferenças entre os valores provisionados e os apresentados nas demonstrações de resultado, referem-se a complementos das estimativas do ano anterior quando do pagamento efetivo.

(c) Plano de remuneração baseada em ações

Plano aprovado em 28 de abril de 2000

Os direitos adquiridos através de instrumentos de outorgas de opções de compra de ações sob a vigência deste plano anteriormente aprovado continuaram válidos e eficazes, segundo os respectivos termos pactuados, e não podiam ser estabelecidas novas outorgas através deste plano.

O prazo limite para exercício das opções encerrou em 31 de dezembro de 2011 e as mesmas foram integralmente canceladas nessa data.

Programa B

As opções garantidas por este plano caracterizam-se como opções liquidadas em ações.

O preço de exercício foi fixado pelo comitê gestor, com base no preço de mercado da ação na data de outorga da opção e será corrigido monetariamente pelo IGP-M entre a data de assinatura dos contratos e a data de pagamento da opção exercida.

O quadro a seguir resume as operações efetuadas com as ações preferenciais até 31 de dezembro de 2011:

	Quantidade em milhares de ações	Em Reais		
		Preço na data da concessão	Preço da concessão	
			2011	2010
Saldo no início do exercício	21.967	18,87	21,90	20,83
Opções canceladas	(21.967)			
Opções em vigor em 31 de dezembro de 2011				

A aquisição do direito ao exercício das opções ocorreu da forma e prazos apresentados a seguir:

Outorga					Preço de exercício atualizado (em Reais)	Opções (Em milhares de ações)
Concessão	Lote	Exercício a partir de	Prazo limite para exercício			
3ª	22/12/04	33%	22/12/2005	31/12/2011	21,90	2.280
		33%	22/12/2006	31/12/2011	21,90	2.280
		34%	22/12/2007	31/12/2011	21,90	2.282

O valor justo das opções outorgadas estimado na data de outorga utilizou o modelo de precificação de opções “*Black&Scholes*” com as seguintes premissas:

	21/12/2004
Ativo-lastro	13,64
Preço de exercício	17,30
Volatilidade esperada	38,2%
Taxa de juros livre de riscos	8,4%
Vida esperada (em anos)	2
Rendimento de dividendos	3,10%
Valor justo na data de outorga	2,76

Em razão dos contratos de remunerações baseadas em ações preverem a liquidação das opções apenas mediante a transferência de titularidade de ações (“*equity-settled*”), as apropriações do valor justo das opções de ações da Companhia foram efetuadas linearmente dentro do prazo de vencimento das opções. As parcelas correspondentes aos beneficiários da Companhia, foram contabilizadas no resultado em contrapartida do patrimônio líquido, em conformidade com os requerimentos da Deliberação CVM nº 562/2008, que corrobora o Pronunciamento Técnico CPC 10 (R1) - Remunerações Baseadas em Ações.

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. Os segmentos de negócios estão identificados através da natureza dos serviços e pela tecnologia empregada na prestação dos serviços de telecomunicações. Os segmentos divulgáveis estão resumidos a seguir:

- Telefonia fixa/Dados: Oferece basicamente serviços de transmissão de voz local, de longa distância e comunicação de dados;
- Telefonia móvel: Oferece principalmente serviços de voz móvel, comunicação de dados 3G e serviços adicionais, que incluem serviços de mensagens e interatividade; e

- Outros: Inclui o segmento de (i) provedor internet, que obtém principalmente receitas oriundas de serviços de acesso a internet e de espaço publicitário, e (ii) “Call Center”, que obtém, principalmente, receitas oriundas de serviços de atendimento a terceiros nas áreas de “telemarketing” e atendimento a clientes.

O desempenho de cada segmento é extraído dos registros contábeis da Companhia e estão segregados conforme abaixo:

	Telefonia fixa / dados		Telefonia móvel		Todos os outros segmentos		Eliminações		Total	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Receitas	8.047.558	8.892.546	2.006.083	1.937.384	606.955	629.096	(1.415.341)	(1.195.734)	9.245.255	10.263.292
Custos dos serviços prestados	(4.087.477)	(4.014.929)	(1.309.000)	(1.379.072)	(351.188)	(323.272)	1.161.100	985.192	(4.586.565)	(4.732.081)
Interconexão	(1.833.752)	(1.993.150)	(525.698)	(575.441)			648.231	586.663	(1.711.219)	(1.981.928)
Depreciação e amortização	(608.043)	(582.962)	(232.004)	(222.654)	(2.052)	(1.334)			(842.099)	(806.950)
Serviço de manutenção de rede	(627.366)	(561.727)	(59.114)	(54.514)	(277)	(170)			(686.757)	(616.411)
Meios de conexão	(264.554)	(215.963)	(187.895)	(191.249)		(594)	373.231	305.234	(79.218)	(102.572)
Aluguéis e seguros	(389.342)	(298.245)	(146.405)	(136.146)	(21.968)	(27.755)	132.572	93.277	(425.143)	(368.869)
Custos de aparelhos e acessórios			(23.850)	(47.778)			19	18	(23.831)	(47.760)
Outros custos e despesas	(364.420)	(362.882)	(134.034)	(151.290)	(326.891)	(293.419)	7.047		(818.298)	(807.591)
Lucro bruto	3.960.081	4.877.617	697.083	558.312	255.767	305.824	(254.241)	(210.542)	4.658.690	5.531.211
Receitas (Despesas) operacionais	(2.441.345)	(2.396.928)	(648.714)	(591.899)	(255.689)	(297.484)	254.345	214.630	(3.091.403)	(3.071.681)
Comercialização de serviços	(992.231)	(858.912)	(435.669)	(402.523)	(134.719)	(124.787)	401.826	361.212	(1.160.793)	(1.025.010)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(259.719)	(271.062)	(64.653)	(62.783)	(8.430)	(17.456)	(6)	(234)	(332.808)	(351.535)
Comissão de vendas	(637)	(716)	(11.415)	(12.149)					(12.052)	(12.865)
Central de atendimento	(339.820)	(290.045)	(26.506)	(61.349)	(17.626)	(17.112)	358.875	323.411	(25.077)	(45.095)
Publicidade e propaganda	(77.386)	(82.344)	(59.716)	(43.649)	(12.359)	(25.208)	1.304		(148.157)	(151.201)
Outros serviços de terceiros	(155.550)	(124.562)	(234.901)	(146.645)	(15.382)	(13.372)	21.215	16.913	(384.618)	(267.666)
Outros custos e despesas	(159.119)	(90.183)	(38.478)	(75.948)	(80.922)	(51.639)	20.438	21.122	(258.081)	(196.648)
Gerais e administrativas	(1.193.147)	(1.269.931)	(168.645)	(172.633)	(101.352)	(162.623)	18.517	66.246	(1.444.627)	(1.538.941)
Outras receitas operacionais (despesas), líquidas	(255.967)	(268.085)	(44.400)	(16.743)	(19.618)	(10.074)	(165.998)	(212.828)	(485.983)	(507.730)
Outras receitas operacionais	600.387	515.878	45.915	89.402	13.149	43.631	(99.091)	(124.949)	560.360	523.962
Outras despesas operacionais	(856.354)	(783.963)	(90.315)	(106.145)	(32.767)	(53.705)	(66.907)	(87.879)	(1.046.343)	(1.031.692)
Resultado financeiro	(554.516)	(108.946)	466.594	17.360	16.114	15.419	(104)	(4.088)	(71.912)	(80.255)
Receitas financeiras	927.977	843.669	665.847	180.495	20.559	20.055	(208.513)	(64.764)	1.405.870	979.455
Despesas financeiras	(1.482.493)	(952.615)	(199.253)	(163.135)	(4.445)	(4.636)	208.409	60.676	(1.477.782)	(1.059.710)
Resultado antes dos tributos	964.220	2.371.743	514.963	(16.227)	16.192	23.759			1.495.375	2.379.275
Imposto de renda e contribuição social	(365.143)	(418.691)	(108.097)	18.637	(16.385)	(8.361)			(489.625)	(408.415)
Lucro líquido	599.077	1.953.052	406.866	2.410	(193)	15.398			1.005.750	1.970.860
Lucro líquido atribuído ao controlador									1.005.731	1.971.023
Lucro líquido atribuído aos acionistas não controladores									19	(163)
Informações adicionais										
Serviços prestados	7.502.208	8.469.721	1.469.069	1.437.478	263.259	310.238			9.234.536	10.217.437
Vendas			10.719	45.855					10.719	45.855
Receita de clientes externos	7.502.208	8.469.721	1.479.788	1.483.333	263.259	310.238			9.245.255	10.263.292
Receita entre segmentos	545.350	422.825	526.295	454.051	343.696	318.858				
Receita total	8.047.558	8.892.546	2.006.083	1.937.384	606.955	629.096				
Depreciações e amortizações	768.016	775.545	257.697	264.219	18.513	16.976			1.044.226	1.056.740
Acréscimos de imobilizado/intangível (i)	1.118.006	751.566	166.678	150.607	12.371	85.486			1.297.055	987.659
Informações patrimoniais										
Ativos	24.751.717	22.329.731	8.925.657	4.988.303	637.754	633.486	(2.651.097)	(1.065.406)	31.664.031	26.886.114

- (i) O maior volume de adições registrado no período findo em 31 de dezembro de 2011 está concentrado na melhoria da qualidade da rede e expansão da cobertura de banda larga fixa.

Os quadros a seguir apresentam os componentes das receitas dos segmentos de serviços de telefonia fixa/dados e de telefonia móvel para os períodos de 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

	2011	2010
Telefonia fixa/dados		
Serviço local (ex - VC1)	4.309.748	4.735.085
Serviço ligações fixo móvel (VC1)	1.372.570	1.568.847
Longa distância (ex - VC2 e VC3)	1.391.695	1.732.347
Longa distância fixo móvel VC2 e VC3	344.561	423.634
Remuneração pelo uso da rede	483.751	501.125
Serviço de comunicação de dados	5.680.648	5.781.035
Telefones de uso público	155.612	194.620
Outros serviços	637.642	609.323
Receita bruta de serviços	14.376.227	15.546.016
Tributos sobre os serviços	(2.876.634)	(3.254.389)
Outras deduções	(3.452.035)	(3.399.081)
Receita de serviços	8.047.558	8.892.546

	2011	2010
Telefonia móvel		
Serviço móvel	1.657.542	1.490.166
Remuneração pelo uso da rede	1.203.908	1.134.512
Venda de aparelhos e acessórios	15.769	52.887
Receita bruta de serviços	2.877.219	2.677.565
Tributos sobre os serviços	(491.921)	(445.323)
Outras deduções	(379.215)	(294.858)
Receita de serviços	2.006.083	1.937.384

O segmento de telefonia fixa/dados opera em países estrangeiros através de um sistema de cabos submarinos de fibra ótica, com pontos de conexão nos Estados Unidos, Ilhas Bermudas e Venezuela, permitindo o tráfego de dados através de pacotes de serviços integrados, oferecidos a clientes corporativos nacionais e internacionais.

Na apresentação com base em segmentos geográficos, a receita do segmento é baseada na localização geográfica do país onde os serviços são prestados. Os ativos não circulantes do segmento são baseados na localização geográfica dos ativos.

Por não serem relevantes, as receitas e ativos não circulantes provenientes de operações em países estrangeiros estão sendo divulgadas em conjunto.

	Receitas de clientes externos		Ativos não circulantes (*)	
Informações geográficas	2011	2010	2011	2010
No país sede da entidade	9.181.673	10.199.921	11.914.048	10.978.658
Em países estrangeiros	63.582	63.371	148.465	140.463
Total	9.245.255	10.263.292	12.062.513	11.119.121

(*) Exceto instrumentos financeiros, ativos relacionados a fundos de pensão e tributos diferidos, conforme exigência do CPC 22 – Informações por Segmento.

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas consolidadas
(até o nível da holding TNL)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
Ativo				
Contas a receber	160.771	77.434	51.617	33.984
BrT Call Center	1.985	6.033		
BrTI	1.572	915		
BrT CS		3		
iG Brasil	4.619	4.102		
BrT Multimídia	4.357	3.959		
BrT Celular	128.259	58.041		
VANT	170	246		
iG Part	8	8		
TMAR	12.333	3.783	25.722	19.051
Oi Internet	742	41	17.207	
TNL PCS	6.726	303	8.688	14.933
Empréstimos com controladas	6.703	1.548		
BrT Call Center	9	4		
VANT	6.694	1.544		
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	430.377			
BrT Celular	170.000			
BrT Multimídia	84.606			
BrT CS	175.126			
BrT Card	645			
Debêntures			2.217.682	1.911.134
TMAR			2.217.682	1.911.134
Outros	54.499	53.305		
BrT Call Center	17.574	26.625		
BrT of America	67	60		
BrTI	245	245		
BrT Bermudas	30	27		
BrT CS	94	90		
BrT Venezuela	9	8		
iG Brasil	242	228		
BrT Multimídia	2.831	5.013		
BrT Celular	33.404	21.009		
VANT	2			
iG Part	1			

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
Passivo				
Fornecedores	143.216	141.438	51.785	31.491
BrT Call Center	3.684	46.419		
BrT CS	48.764	4.391		
iG Brasil	1.348	12.206		
BrT Multimídia	3.549	5.397		
BrT Celular	60.154	51.468		
TMAR	18.088	3.783	24.123	10.203
TNL PCS		17.774	14.919	21.288
Oi Internet	7.383		7.383	
Pointer Networks	246		5.360	
Empréstimos e financiamentos	1.483.527	565.227		
BrT Celular	1.483.527	565.227		
Dividendos a pagar	123.913	239.106	123.913	239.106
Coari	123.913	239.106	123.913	239.106
Demais obrigações	777.654	37.280	747.171	
Coari	740.221		740.221	
BrT Call Center	204			
BrTI	17.427	10.210		
BrT Bermudas	587	5.962		
iG Brasil	30	27		
BrT Multimídia	5.917	16.353		
BrT Celular	6.197	2.324		
BrT CS	10			
VANT	111	2.404		
TMAR	1.010		1.010	
TNL	5.940		5.940	

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
Receitas				
Receita dos serviços prestados	449.337	526.557	335.933	449.069
BrTI	2.095	6.366		
BrT Bermudas	176	538		
BrT CS	79	227		
iG Brasil	10.874	17.556		
BrT Multimídia	4.677	5.676		
BrT Celular	313.277	318.465		
VANT	1.363	379		
TMAR	91.599	127.158	273.858	350.376
Oi Internet	4.543		21.437	
TNL PCS	20.654	50.192	40.638	98.693
Outras receitas operacionais	53.089	53.784		
BrT Call Center	7.684	8.644		
BrTI		22		
BrT CS	1	5		
iG Brasil	2.846	2.740		
BrT Multimídia	2.712	2.200		
Nova Tarrafa Inc.		198		
BrT Celular	39.843	39.970		
iG Part		5		
VANT	3			
Receitas financeiras	12.258	190.591	306.548	236.385
BrT Call Center	785	1.073		
BrT Celular	10.961			
VANT	512	55		
TMAR		189.463	306.548	236.385

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
Custos e despesas operacionais	(1.334.001)	(1.012.978)	(301.903)	(164.041)
BrT Of America		(2.165)		
BrT CS	(132.456)	(59.570)		
BrT Multimídia	(38.577)	(39.054)		
BrT Celular	(556.129)	(491.656)		
TMAR	(88.289)	(23.260)	(92.773)	(31.184)
TNL PCS	(190.206)	(107.379)	(201.101)	(132.857)
Pointer Networks	(246)		(251)	
Oi Internet	(7.778)		(7.778)	
BrT Call Center	(316.566)	(277.774)		
BrT Participações		(37)		
iG Brasil	(3.752)	(12.055)		
BrT Colômbia	(2)			
VANT		(28)		
Despesas financeiras	(171.798)	(51.193)	(43.819)	(3)
BrT Call Center	(9)			
BrT Celular	(127.970)	(51.190)		
TNL	(40.930)		(40.930)	
TMAR	(2.889)	(3)	(2.889)	(3)

Linhas de créditos

As linhas de crédito concedidas pela Companhia para suas controladas têm por finalidade fornecer capital de giro para as atividades operacionais, onde o prazo de vencimento pode ser repactuado com base nos fluxos de caixa projetados dessas empresas, à taxa correspondente a 115% do CDI (2010 – 115% do CDI).

Debêntures privadas de emissão da TMAR

A Companhia adquiriu, com a incorporação da BrT Part, os direitos junto à controladora indireta referentes à subscrição de debêntures privadas não conversíveis em ações, no valor de R\$ 1.200.000, de emissão da TMAR. O prazo de vencimento destas debêntures é de cinco anos, em 11 de dezembro de 2013. A remuneração corresponde à Taxa DI capitalizada de 4,0% a.a. e em 31 de dezembro de 2010 foi contabilizada uma receita financeira no montante de R\$ 189.463. Em 31 de dezembro de 2010 a Companhia transferiu o direito sobre as referidas debêntures para a BrT Celular, como integralização parcial do aumento de capital realizado nesta controlada.

Transação da BrT Celular

A controlada BrT Celular subscreveu em 12 de março de 2009 debêntures privadas não conversíveis em ações, emitidas em dezembro de 2008 pela TMAR, no valor de R\$ 300.000. O prazo de vencimento destas debêntures é de cinco anos, em 11 de dezembro de 2013. A remuneração corresponde à Taxa DI capitalizada de 4,0% a.a. Na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o montante atualizado das debêntures a receber era de R\$ 2.217.682 (2010 – R\$ 1.911.134), sendo contabilizada uma receita financeira de R\$ 306.548 (2010 – R\$ 236.385).

Aluguel de infraestrutura de transmissão

As transações realizadas com a TMAR e TNL PCS, referem-se a prestação de serviços e cessão de meios abrangendo, principalmente, interconexão e EILD.

As transações realizadas com a Oi Internet, controlada da TMAR, referem-se a prestação de serviços de aluguel de portas Dial.

Garantias

Os financiamentos contratados junto ao BNDES, debêntures públicas e demais empréstimos possuem garantias e aval da TNL. A Companhia registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a título de comissão pelo aval da TNL, despesas no montante de R\$ 37.744 (2010 – R\$ 5.477). Adicionalmente, na operação do CRI, foram concedidos avais pela TMAR ao custo de 0,5% a.a. calculados sobre o saldo devedor. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, as despesas relativas a esses avais totalizaram R\$ 550 (2010 – R\$ 1.210).

Transações com partes relacionadas não consolidadas

(até o nível da holding TNL)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
Ativo				
Contas a receber	2.126		2.126	
Portugal Telecom	2.126		2.126	

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
Passivo				
Fornecedores	2.153	3.886	5.867	
Portugal Telecom	126		126	
Contax	2.027	3.886	5.741	

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
Receita				
Receita dos serviços prestados	1.400	2	1.400	
Portugal Telecom	1.400		1.400	
Contax		2		

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
Custos/Despesas				
Custos e despesas operacionais	(140)		(140)	
Portugal Telecom	(140)		(140)	

Serviços prestados pela Contax

A Companhia e sua controlada BrT Celular contratam serviços de “call center” e de cobrança da Contax que é controlada pelos controladores da TmarPart.. A Contax presta serviços de atendimento ao cliente de telefonia fixa, telemarketing ativo para a captação de novos clientes

móveis, suporte aos clientes pré e pós-pagos de telefonia móvel, suporte técnico aos assinantes Velox (ADSL) e serviços de cobrança. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 o total das despesas dos serviços prestados pela Contax foi de R\$ 46.384 (2010 – R\$ 44.224) na controladora e de R\$ 103.095 (2010 – R\$ 115.596) no consolidado.

Contratos de financiamentos com o BNDES

A Companhia e a controlada BrT Celular firmaram contratos de financiamentos com o BNDES, acionista controlador do BNDESPAR, que detinha 13,05% (2010 – 31,4%) do capital votante da TmarPart, empresa holding do Grupo e, por consequência, é uma empresa ligada da Companhia.

O saldo devido relativo aos financiamentos do BNDES, na data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 era de R\$ 1.522 milhões (2010 – R\$ 1.844 milhões), na controladora e R\$ 2.229 milhões (2010 – R\$ 2.588 milhões) no consolidado e foram registradas despesas financeiras de R\$ 100 milhões (2010 – R\$ 172 milhões) na controladora e R\$ 154 milhões (2010 – R\$ 201 milhões) no consolidado.

As informações sobre os contratos celebrados com o BNDES encontram-se descritas na Nota 19.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2011	2010	2011	2010
Salários e demais benefícios de curto prazo	2.844	2.107	3.510	2.589
Remuneração com base em ações	1.143	1.610	1.411	1.978
Total	3.987	3.717	4.921	4.567

29. SEGUROS

Durante o período de concessão, compete à concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme os prazos previstos: seguro do tipo “todos os riscos” para danos materiais relativos a propriedade que cobre todos os ativos seguráveis que pertencem à concessão, seguro de preservação de condições econômicas para continuidade da exploração do serviço e seguro garantia do cumprimento das obrigações relativas à qualidade e à universalização, de acordo com as disposições constantes dos Contratos de Concessão. Os ativos e responsabilidades de valores relevantes e ou alto risco estão cobertos por seguros. A Sociedade e suas controladas mantêm seguro garantindo cobertura para danos materiais, perda de receitas decorrentes desses danos (lucros cessantes), entre outros. A administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos Contratos de Concessão.

As apólices de seguros propiciam as seguintes coberturas, segundo os riscos e a natureza dos bens:

	CONSOLIDADO	
	2011	2010
Modalidade de seguro		
Riscos operacionais e lucros cessantes	800.000	800.000
Responsabilidade civil - terceiros (*)	150.064	166.620
Incêndio – estoques	100.000	100.000
Garantia de concessão - Oi	40.443	7.480
Roubo - estoques	20.000	20.000
Responsabilidade civil - geral	15.000	15.000
Responsabilidade civil - veículos	3.000	3.000

(*) conforme cotação do câmbio do dia 31/12/2011 (ptax): R\$ 1,8758 x US\$ 1,00

30. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Revisão dos contratos de concessão STFC

Em 30 de junho de 2011, a Companhia firmou junto à ANATEL e ao Ministério das Comunicações, a revisão dos contratos de concessão de STFC e Termo de Compromisso com a finalidade de adesão aos objetivos do Decreto nº 7.175/2010 (PNBL - Plano Nacional de Banda Larga).

A revisão dos contratos de concessão de STFC traz, entre suas principais alterações, a eliminação de vedação a que coligadas das concessionárias de telecomunicações possam oferecer o serviço de TV a Cabo.

Acompanha também a revisão, nova versão do Plano Geral de Metas Universalização (PGMU III), que constitui anexo aos referidos Contratos. Nessa versão, a Companhia se compromete com a instalação de TUPs em áreas rurais (em escolas, postos de saúde e outros locais), com a oferta de acesso individual a populações situadas em área rural e a oferta de acesso individual classe especial (AICE) a assinantes de baixa renda inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

O Decreto Presidencial que edita o novo PGMU III estabelece que as obrigações previstas tenham asseguradas a sua viabilidade técnica e econômica e limita a instalação de TUPs em áreas rurais ao saldo disponível decorrente da desoneração de TUPs urbanos, em linha com o que prevê a Lei Geral de Telecomunicações e os contratos de concessão em vigor.

A meta de densidade de TUPs em áreas urbanas foi reduzida de seis a cada 1.000 para quatro a cada 1.000 habitantes e produz efeitos imediatos. As metas de TUPs em áreas rurais e acesso individual rural são todas sob demanda e só terão início após a cobertura de rede por meio de sistema de radiocomunicação operando nas subfaixas de radiofrequências de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, a ser implementada pelo vencedor de processo de licitação da radiofrequência que ocorrerá em prazo ainda não definido.

Concomitantemente com a assinatura da revisão dos contratos de concessão e com a edição do novo PGMU, a Companhia firmou voluntariamente com o Ministério das Comunicações e com a ANATEL um Termo de Compromisso, aderindo ao PNBL. Por esse Termo, as empresas que integram a “Oi” comprometem-se a realizar oferta popular de banda larga (“Oferta de Varejo”) bem

como uma “Oferta de Atacado”, ambas voltadas para atendimento aos objetivos do Governo Federal de expansão e disseminação da banda larga no Brasil.

(b) Contrato de prestação de serviços e patrocínio oficial da Copa do Mundo FIFA 2014

Em junho de 2010, a Companhia celebrou contrato com a FIFA – “*Fédération Internationale de Football Association*” para ser o prestador oficial de todos os serviços de telecomunicações da Copa do Mundo FIFA 2014, bem como ser um dos patrocinadores oficiais do evento.

Os compromissos estabelecidos no contrato passaram a trazer efeitos apenas no exercício de 2011, tendo em vista que somente a partir de janeiro deste ano é que o referido contrato passou a vigorar.

Do contrato de prestação de serviços de telecomunicações a Companhia tem o compromisso de fazer os investimentos necessários em infraestrutura para prover os serviços.

(c) Aumento da tarifa de Serviço Telefônico Fixo Comutado

No dia 21 de dezembro de 2011, a ANATEL aprovou o reajuste das tarifas de STFC. Esses reajustes, em vigor a partir de 24 de dezembro de 2011, são de 1,97% nas modalidades local (assinatura e tráfego) e para interconexão TU-RL, e de 1,63% no caso da tarifa de TUP.

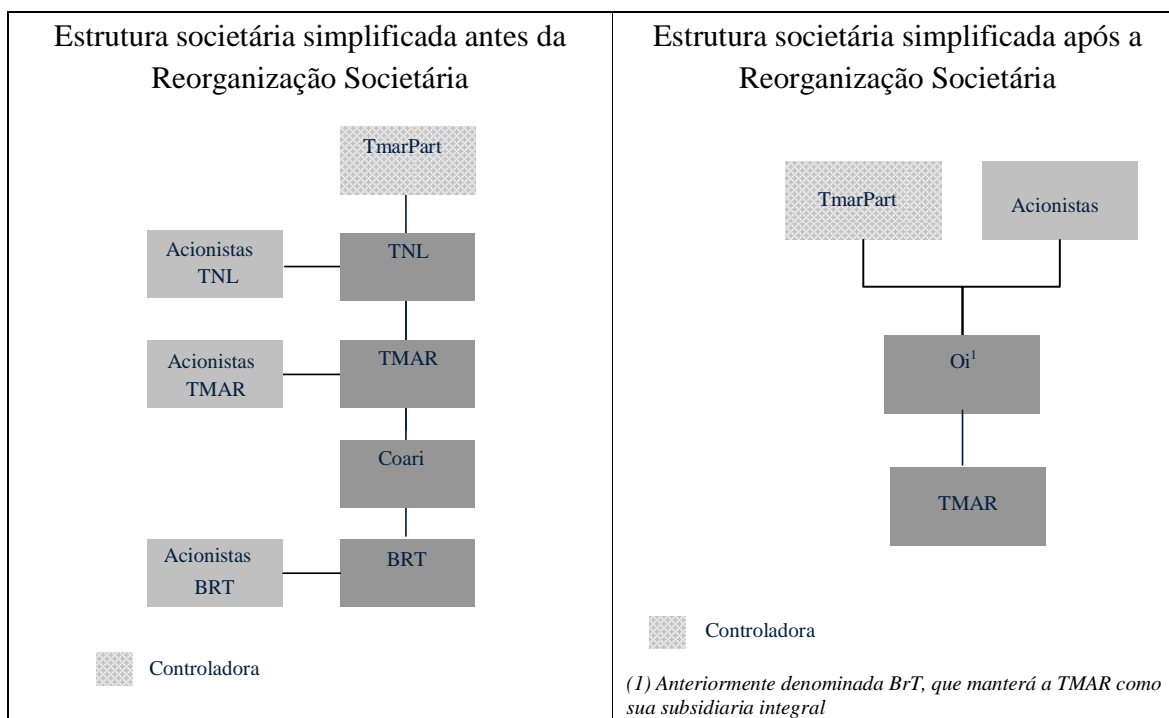
31. EVENTOS SUBSEQUENTES

(a) Aprovação da Reorganização Societária – Oi S.A. (anteriormente denominada Brasil Telecom S.A.)

Em Assembleias Gerais realizadas em 27 de fevereiro de 2012, os acionistas das Companhias Oi (TNL, TMAR, Coari e Oi) aprovaram a Reorganização Societária que compreendeu conjuntamente a cisão parcial da TMAR com a incorporação da parcela cindida pela Coari seguida de incorporação de ações da TMAR pela Coari e as incorporações da Coari e da TNL pela Companhia, que passa a concentrar todas as participações acionárias atuais nas Companhias Oi e passa a ser a única das Companhias Oi listada em bolsa de valores, tendo sido a sua denominação social alterada para Oi S.A. por ocasião dessas Assembleias Gerais.

Em consequência, serão emitidas 395.585.453 novas ações ordinárias e 798.480.405 novas ações preferenciais da Oi S.A. (anteriormente denominada Brasil Telecom S.A.), passando o seu capital subscrito, totalmente integralizado, a ser de R\$ 6.816.468, dividido em 599.008.629 ações ordinárias e 1.198.077.775 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

O organograma simplificado a seguir demonstra a estrutura societária antes e após a Reorganização Societária:



A Reorganização Societária tem por objetivo simplificar de forma definitiva a estrutura societária e a governança das Companhias Oi, resultando em criação de valor para todos os acionistas através de, dentre outros fatores:

- Simplificar a estrutura societária, anteriormente dividida em três companhias abertas e sete diferentes classes e espécies de ações, unificando as bases acionárias das Companhias Oi em uma única empresa com duas espécies diferentes de ações negociadas em bolsas de valores no Brasil e no exterior;
- Reduzir custos operacionais, administrativos e financeiros, após a consolidação da administração das Companhias Oi, a simplificação da sua estrutura de capital e o aprimoramento da sua capacidade para atrair investimentos e acessar mercados de capitais;
- Alinhar os interesses dos acionistas da TNL, da TMAR e da Oi;
- Possibilitar o aumento da liquidez das ações da Oi; e
- Eliminar os custos decorrentes da listagem separada das ações da TNL, da TMAR e da Oi e aqueles decorrentes das obrigações de divulgação pública de informações pela TNL, pela TMAR e pela Oi, separadamente.

A manutenção do controle acionário da Oi S.A. (anteriormente denominada Brasil Telecom S.A.) exclusivamente pela TMAR Part. é condição para a aprovação da Reorganização Societária, cumprindo, assim, suas obrigações legais e regulatórias perante a ANATEL. A TMAR Part. e seus acionistas diretos ou indiretos implementarão as medidas necessárias para a manutenção do controle e o cumprimento de tais obrigações, incluindo, potencialmente, a permuta de ações preferenciais que detém por ações ordinárias de titularidade de seus acionistas diretos ou indiretos.

Na AGE da Oi de 27 de fevereiro de 2012 foi aprovada, inclusive, a proposta de bonificação em ações preferenciais resgatáveis de emissão da Oi a serem atribuídas exclusivamente aos acionistas da Oi anteriores à incorporação, pelo valor total de R\$ 1,5 bilhão. A data base da bonificação aos acionistas cujas ações são negociadas na BM&FBOVESPA e para os acionistas cujas ações são negociadas na NYSE - *New York Stock Exchange* será o dia 29 de março de 2012 (data do fim do prazo para o exercício do direito de retirada), sujeito a efetivação da operação, nos termos do art. 230 da Lei das S.A. Sendo assim, a partir do dia 30 de março, inclusive, as negociações dessas ações em bolsa serão realizadas ex-bonificação. O valor do resgate das ações resgatáveis será pago proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social e na mesma data em que for pago o valor do reembolso das ações de eventuais acionistas dissidentes da TNL e da TMAR, previsto para ocorrer no dia 9 de abril de 2012. O valor das ações resgatadas acima será deduzido no cálculo das relações de substituição deliberada.

Abaixo são apresentadas as relações de troca de ações decorrentes das incorporações da TNL e Coari na Oi, a saber:

Ação original / Ação em substituição	Relação de substituição
TNLP3 / BRT03	2,3122
TNLP4 / BRT04	2,1428
TNLP4 / BRT03	1,8581
TMAR3 / BRT03	5,1149
TMAR5 e TMAR6 / BRT04	4,4537
TMAR5 e TMAR6 / BRT03	3,8620

Nos termos do art. 137, §1º da Lei das S.A., os acionistas dissidentes terão direito de retirada, o qual será exercível em relação às ações de que sejam titulares ininterruptamente desde o encerramento do pregão do dia 23 de maio de 2011 até a data do efetivo exercício do direito de retirada. As ações adquiridas a partir do dia 24 de maio de 2011 não conferirão ao seu titular direito de retirada com relação à Reorganização Societária.

Conforme mencionado no fato relevante de 14 de novembro de 2011, caso a titularidade de ações detidas em 23 de maio de 2011 tenha sido transferida, inclusive em virtude de contrato de mútuo de ações (“aluguel de ações”), o acionista não poderá exercer o direito ao reembolso com relação às ações mutuadas, uma vez que, na forma da lei, o mútuo acarreta a efetiva transferência da titularidade das ações do mutuante ao mutuário.

Do mesmo modo, os acionistas que no encerramento do pregão de 23 de maio de 2011 fossem titulares de ações por força de contratos de mútuo vigentes naquela data, e mantenham a titularidade destas ações até o momento do exercício do direito de recesso, poderão exercê-lo, na forma da lei.

Somente terão direito de retirada aqueles titulares de ações ordinárias e preferenciais (TMAR3, TMAR5 e TMAR6) da TMAR, ações ordinárias e preferenciais da Coari (somente detidas pela TMAR e com relação às quais não se espera que o recesso seja exercido) e ações ordinárias da TNL (TNLP3). As demais ações das Companhias Oi não terão direito de retirada, nos termos da lei.

O pagamento do valor do reembolso aos acionistas legitimados dependerá da efetivação da operação, nos termos do art. 230 da Lei das S.A. e, caso efetivada, será realizado no dia 9 de abril de 2012.

Estima-se que as ações ordinárias e preferenciais da Oi S.A. (anteriormente denominada Brasil Telecom S.A.) passarão a ser negociadas, já sob seu novo código, em aproximadamente 40 dias após a data das assembleias que deliberaram sobre as incorporações.

Além das aprovações societárias pertinentes, a Reorganização Societária estava sujeita à anuência da ANATEL e tal anuência foi concedida em 27 de outubro de 2011. Adicionalmente, o registro das ações que serão emitidas pela Oi S.A. (anteriormente denominada Brasil Telecom S.A.) nesse contexto, foram registradas junto à SEC, assim como foi obtida a anuência dos credores das Companhias Oi para a implementação da Reorganização Societária, quando aplicável.

Em Assembleia realizada em 17 de outubro de 2011, foi aprovada a extinção das garantias fidejussórias prestadas por meio de fiança da TNL às debêntures públicas da quarta emissão da Oi.

A estratégia de negócio a ser adotada pela Administração nas operações futuras da Companhia será impactada de tal forma que certas receitas serão consolidadas, haverá economia de despesas, certos ativos serão utilizados de forma integrada, bem como ocorrerão outros benefícios e efeitos provenientes da reestruturação. Portanto os fluxos de caixa serão analisados pela Administração de forma consolidada em seu processo de tomada de decisões.

Como consequência, a Companhia, com base nos pronunciamentos CPC 01 e CPC 25, considerou os fluxos de caixa futuros consolidados de suas operações para análise de indicativo de “*impairment*” de seus ativos (representando esta a unidade geradora de caixa). A referida análise não evidenciou indícios de “*impairment*” sobre os ativos de longa duração da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 em conexão com a Reorganização Societária a Oi procedeu ao registro do passivo decorrente da bonificação de ações a serem resgatadas no montante de R\$ 1.501.984.

(b) Captações ocorridas em 2012

“Bonds”

Em fevereiro de 2012, a Companhia emitiu “*Senior Notes*” no valor de US\$ 1.500 milhões, com o objetivo de refinanciamento de dívidas, além de propósitos corporativos gerais. A operação tem juros de 5,75% a.a., com vencimento final em fevereiro de 2022. Os encargos financeiros têm vencimento semestral em fevereiro e agosto, desde agosto de 2012 até o vencimento. Os custos de transação associados a esta emissão no valor equivalente a US\$ 6 milhões serão amortizados ao resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

Emissão de debênture pública

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de fevereiro de 2012, foi aprovada a 9ª emissão pública, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no mercado local, para distribuição conforme termos da instrução CVM nº 400, no valor de até R\$ 2 bilhões. Em 14 de março de 2012 a CVM concedeu registro para emissão. As Debêntures foram emitidas em duas séries, sendo a 1ª série no valor de R\$ 400 milhões pelo prazo de cinco anos à taxa de CDI + 0,94% e a 2ª série no valor de R\$ 1,6 bilhão pelo prazo de oito anos com amortizações de 50% no 7º e 50% no 8º ano à taxa de IPCA + 6,20% a.a. A liquidação financeira de ambas as séries ocorreu em 23 de março de 2012.

* * *